



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

Ofício nº 21/2014- P /CEXPETRO

Brasília, 21 de maio de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VITAL DO RÊGO

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal que investiga a Petrobras.

Senhor Presidente,

*Ass. membro
da CPI para
avaliação*


Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos a Vossa Excelência cópia do Relatório Parcial desta *Comissão Externa destinada a acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno*, aprovado nesta data.

Este Relatório tem por objetivo estabelecer a cooperação entre esta Comissão e a CPI que Vossa Excelência ora preside. Nele apresentamos as atividades desenvolvidas e a documentação recebida pela Comissão desde sua instalação no dia 2 de abril passado, bem como sugerimos ações à CPI, que não puderam ser levadas a efeito em razão da natureza deste Órgão.

Ao renovar nossos sinceros protestos de estima e elevada consideração, colocamo-nos à disposição para colaborar sempre que preciso.

Cordialmente,


Deputado **MAURÍCIO QUINTELLA LESSA**
Coordenador


Lendro Augusto Cunha Bueno
Técnico Legislativo
Matr. 232.868

em 22.5.14 às 10:30



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

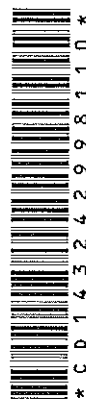
1

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES EFETUADAS PELO OPENBAAR MINISTERIE DA HOLANDA ACERCA DAS OPERAÇÕES E PROCEDIMENTOS NO BRASIL ENTRE A EMPRESA SBM OFFSHORE E A PETROBRAS

RELATÓRIO PARCIAL

Deputado Maurício Quintella Lessa

Coordenador





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

2

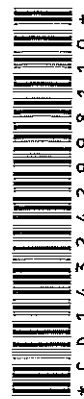
MEMBROS

PT
Luiz Alberto
PMDB
Lucio Vieira Lima
PSD
Paulo Magalhães
PSDB
Cesar Colnago
PP
Mário Negromonte
PR
Anthony Garotinho
Maurício Quintella Lessa
DEM
Onyx Lorenzoni
SDD
Fernando Francischini

Secretária: Regina Pereira Games

Consultores Legislativos: Alexandre Sankievicz, Luiz Fernando Botelho de Carvalho e Paulo César Ribeiro Lima

Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira: Fidelis Antonio Fantin Junior





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

3

SUMÁRIO

I	ATO DE CRIAÇÃO	4
II	RESUMO DOS FATOS PUBLICADOS	5
III	PROPOSIÇÕES	7
IV	REUNIÕES	10
V	OFÍCIOS	12
VI	RESPOSTAS AOS OFÍCIOS	13
VII	CONSIDERAÇÕES FINAIS	16





CÂMARA D
Comissão
Openbaar I
procedimen
naquele Paí



CÂMARA DOS DEPUTADOS

I - ATO DE CRIAÇÃO

ATO DA PRESIDÊNCIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATO DA PRESIDÊNCIA

terno, esta
nus para a
restigações
n, Holanda,
la Empresa
e envolvem
ito nº 9.534,
im Plenário,

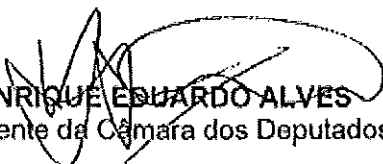
ador

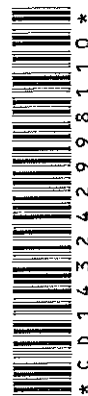
Nos termos do art. 38 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar **Comissão Externa**, com ônus para a Câmara dos Deputados, para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa **SBM Offshore**, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno, conforme Requerimento nº 9.534, de 2014, do Sr. Mendonça Filho e outros, aprovado em Plenário, composta pelos seguintes Deputados:

- Maurício Quintella Lessa (PR/AL) – Coordenador
- Luiz Alberto (PT/BA)
- Lucio Vieira Lima (PMDB/BA)
- Paulo Magalhães (PSD/BA)
- Mário Negromonte (PP/BA)
- Anthony Garotinho (PR/RJ)
- Carlos Sampaio (PSDB/SP)
- Onyx Lorenzoni (DEM/RS)
- Fernando Francischini (SDD/PR)

rção de 2014.

Brasília, 25 de março de 2014.


HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

5

II - RESUMO DOS FATOS PUBLICADOS

Em 10 de abril de 2012, a SBM publicou uma nota na qual declarou que "certas práticas de venda, envolvendo terceiras partes, poderiam ter sido inapropriadas". Foi mencionada, ainda, nessa nota, a criação de um departamento de governança na empresa, para o qual teria sido contratado o executivo Sietze Hepkema.

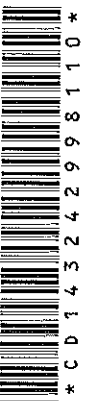
A empresa, com sede na Holanda e ações negociadas na bolsa de valores de Nova Iorque, reportou sua investigação interna ao Openbaar Ministerie da Holanda e ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Até o momento, esses órgãos públicos não divulgaram informações sobre o caso.

Em 28 de março de 2013, a SBM divulgou que a investigação focada em países africanos indicava que alguns pagamentos feitos a representantes comerciais pareciam ter sido direcionados a autoridades governamentais. A empresa divulgou, ainda, que estava investigando práticas no Brasil.

De 2007 a 2011, o total das Comissões pagas a representantes comerciais foram de aproximadamente US\$ 200 milhões. Desse total, US\$ 18,8 milhões foram pagos na Guiné Equatorial, US\$ 22,7 milhões em Angola e US\$ 139,1 milhões no Brasil, onde US\$ 123,7 milhões foram pagos ao principal representante comercial.

Os detalhes da investigação interna da SBM vazaram pelo ex-empregado da empresa, Sr. Jonathan David Taylor, que, em 18 de outubro de 2013, publicou uma acusação na Wikipedia de que a empresa teria pago US\$ 250 milhões de propinas.

Ele mencionou seis companhias do Grupo Faerman, inclusive as empresas brasileiras Oildrive Consultoria em Energia e Petróleo LTDA e Faercom Energia Ltda, que teriam recebido depósitos equivalentes a 3% dos contratos assinados entre a SBM e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, sendo que 2% teriam sido pagos a empregados da Petrobras. Outras quatro empresas registradas no exterior poderiam estar ligadas ao Grupo Faerman: Bienfaire, Jandell, Journey Advisors e Hades Production Inc.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

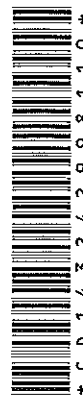
6

Segundo nota da SBM, de 2 de abril de 2014, ao longo dos últimos dois anos, a empresa tem cooperado com a investigação, fornecendo à Paul Hastings LLP, De Brauw Blackstone Westbroek e PwC Forensics total acesso a seus registros, arquivos, dados eletrônicos e pessoais. Na investigação a cargo dessas empresas, elas têm tido apoio da equipe interna da SBM, liderada por Sietze Hepkema, e de membros de outros departamentos.

Paul Hastings LLP teria revisto centenas de milhares de documentos que foram identificados como potencialmente relevantes para as questões investigadas. Teriam sido entrevistados muitos empregados atuais e ex-empregados ligados às atividades do Grupo no Guiné Equatorial, Angola e Brasil.

A Petrobras, por sua vez, informou, no dia 31 de março de 2014, que a Comissão Interna de Apuração, constituída em 13 de fevereiro de 2014, para averiguar as denúncias de supostos pagamentos de suborno a empregados da companhia, envolvendo a empresa SBM, concluiu que, baseada nos trabalhos realizados e restrita à sua competência, não encontrou fatos ou documentos que evidenciem pagamento de propina a empregados da Petrobras.

O Relatório final da Comissão Interna de Apuração da Petrobras foi encaminhado à Controladoria-Geral da União, ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público Federal.





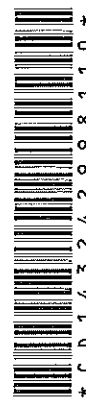
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

7

III - PROPOSIÇÕES

Proposição	Autor	Ementa
REQ 1/2014	Fernando Francischini	Sugere ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Justiça que adote as providências necessárias no sentido de determinar à Polícia Federal que instaure Inquérito Policial para investigar o suposto pagamento de propina a funcionários da Petrobras através de seu representante.
REQ 2/2014	Fernando Francischini	Requer seja realizada reunião de audiência pública com a participação do Sr. Júlio Faerman, empresário. Aditamento: Diretor da SBM Offshore Philippe Levy
REQ 3/2014	Maurício Quintella Lessa Onyx Lorenzoni Fernando Francischini	Requer realização de missão oficial em Amsterdam, Holanda, para acompanhar as investigações acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore.
REQ 4/2014	Maurício Quintella Lessa Onyx Lorenzoni Fernando Francischini	Solicita informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, a respeito das transações comerciais envolvendo o grupo SBM Offshore N.V. e a Petrobras S.A.
REQ 5/2014	Maurício Quintella Lessa Onyx Lorenzoni Fernando Francischini	Requer sejam solicitadas à Petrobras informações acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore e a Petrobras concluídos no mês de março de 2014.
REQ 6/2014	Maurício Quintella Lessa Onyx Lorenzoni Fernando Francischini	Solicita informações ao Ministério Público Federal no Rio de Janeiro sobre suas ações referentes às operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore e a Petrobras, objeto das investigações do Openbaar Ministerie da Holanda.
REQ 7/2014	Maurício Quintella Lessa Onyx Lorenzoni Fernando Francischini	Solicita realização de reuniões técnicas da Comissão na Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas de União, Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, Polícia Federal e Procuradoria Geral da República para acompanhamento do caso das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore e a Petrobras.
REQ 8/2014	Maurício Quintella Lessa Onyx Lorenzoni	Requer sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União informações acerca das



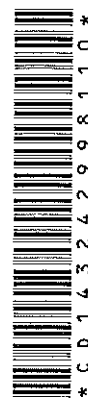


CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

8

	Fernando Francischini	operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore e a Petrobras, objeto de investigações do Openbaar Ministerie da Holanda
REQ 9/2014	Maurício Quintella Lessa Onyx Lorenzoni Fernando Francischini	Solicita a realização de audiência pública com a presença do Sr. José Formigli, Diretor de Exploração e Produção da Petrobras e chefe da auditoria interna realizada pela empresa, referentes às operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore e a Petrobras. Aditamento: Sr. Pedro Aramis de Lima Arruda.
REQ 10/2014	Maurício Quintella Lessa Onyx Lorenzoni Fernando Francischini	Solicita informações à Controladoria Geral da União acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore e a Petrobras, objeto das investigações do Openbaar Ministerie da Holanda.
REQ 11/2014	Maurício Quintella Lessa Onyx Lorenzoni Fernando Francischini	Solicita informações ao Ministério da Justiça acerca das ações em andamento nesse Órgão relativos à atuação da empresa SBM Offshore no Brasil e a Petrobras.
REQ 12/2014	Maurício Quintella Lessa Onyx Lorenzoni Fernando Francischini	Solicita informações à Polícia Federal acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore e a Petrobras, objeto das investigações do Openbaar Ministerie da Holanda.
REQ 13/2014	Onyx Lorenzoni	Requer seja solicitada a cooperação à Comissão Externa da Secretaria de Cooperação Jurídica Internacional da Procuradoria Geral da República.
REQ 14/2014	Fernando Francischini	Requer a oitiva, na Superintendência da Polícia Federal no Paraná, do Sr. Paulo Roberto Costa, para verificar a conexão com a Operação Lava Jato.
REQ 15/2014	Fernando Francischini	Solicita a realização de audiência pública com a participação do Sr. Renato Cabral, presidente da empresa Astromarítima para discutir os contratos vigentes entre a Astromarítima e a Petrobras.
REQ 16/2014	Fernando Francischini	Solicita ao Tribunal de Contas da União a abertura de procedimento fiscalizatório dos contratos vigentes entre a empresa Astromarítima e a Petrobras.



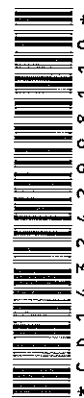


CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

9

REQ 17/2014	Anthony Garotinho	Solicita informações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF.
REQ 18/2014	Maurício Quintella Lessa	Solicita ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro informações sobre suas ações no que se refere às operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore e a Petrobras, objeto das investigações do Openbaar Ministerie da Holanda.
REQ 19/2014	Maurício Quintella Lessa	Solicita realização de reunião técnica na Sede da Procuradoria-Geral da República em Brasília com a presença do Procurador da República Renato Silva de Oliveira.
REQ 20/2014	Maurício Quintella Lessa	Solicita ao Openbaar Ministerie da Holanda informações e documentos relativos às investigações acerca das operações e procedimentos no Brasil da empresa SBM Offshore.
REQ 21/2014	Fernando Francischini	Solicita documentação à Justiça Federal referente à Operação Lava-Jato, para verificar a conexão da referida operação com o caso acompanhado por esta Comissão Externa.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

10

IV - REUNIÕES

Data: 02/04/2014

No dia 2 de abril de 2014, foi realizada a reunião de instalação da Comissão.

Data: 09/04/2014

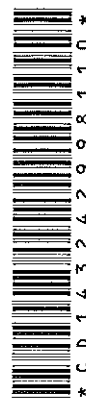
Na reunião do dia 9 de abril de 2014, foram aprovados os seguintes requerimentos: nº 13/2014; nº 14/2014; nº 1/2014; nº 2/2014, com inclusão do Sr. Philippe Levy, Diretor da SBM OFFSHORE BRASIL; nº 3/2014, com inclusão dos Srs. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República; Alexandre Camanho de Assis, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, do Delegado da Polícia Federal Presidente do Inquérito, do Chefe da Divisão da Recuperação de Ativos do Ministério da Justiça; nº 4/2014; nº 5/2014, com solicitação da inclusão da solicitação de informações à TRANSPETRO; nº 6/2014; nº 7/2014; nº 8/2014; nº 9/2014, com inclusão do Sr. Pedro Aramis de Lima Arruda, que teria comandado auditoria demandada pelo Sr. José Miranda Formigli Filho, Diretor de Exploração e Produção da Petrobras; nº 10/2014; nº 11/2014, com inclusão da solicitação de apoio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça; e nº 12/2014.

Data: 22/04/2014

Na reunião da Comissão, iniciada às 14h, foi aprovado o Requerimento nº 17/2014, com inclusão de solicitação de informações relativas às empresas ligadas ao Sr. Julio Faerman - Faercom Energia Ltda, Oildrive Consultoria em Energia e Petróleo Ltda, Bienfaire, Jandell, Journey Advisors e Hades Production Inc.

Foi também aprovado o Requerimento nº 15/2014, com exclusão do Sr. Paulo Roberto Costa, Ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras.

Foi aprovado o Requerimento nº 16/2014, com a alteração para que fosse solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de um procedimento fiscalizatório.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

11

Nesse dia, às 15h30, também foi realizada reunião com o Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, no Gabinete localizado na SAS Ed. Darcy Ribeiro, 9º andar.

Data: 22/04/2014

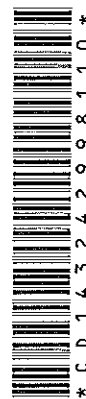
Em 22 de abril de 2014, às 19h, foi realizada reunião com Presidente do Tribunal de Contas da União e equipe técnica, no Edifício Sede, sala 159.

Data: 29/04/2014

Foi realizada, em 29 de abril de 2014, reunião com o Procurador-Geral da República, às 18h.

Data: 14/05/2014

Na reunião da Comissão, iniciada às 14h30, foram aprovados os seguintes requerimentos: nº 20/2014; nº 21/2014; nº 18/2014; e nº 19/2014, com alteração para que a reunião seja realizada na cidade do Rio de Janeiro.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

12

V - OFÍCIOS

Nº	Data	Destino	Assunto
1.	01/04/14	Interno	
2.	01/04/14	Interno	
3.	09/04/14	Tribunal de Contas da União	Reunião Técnica
4.	10/04/14	Petrobras	Solicitação de Informações ref. REQ 5/14
5.	10/04/14	Transpetro	Solicitação de informações ref. REQ 5/14
6.	10/04/14	Tribunal de Contas da União	Solicita informações ref. REQ 8/14
7.	10/04/14	Controladoria-Geral da União	Solicita informações ref. REQ 10/14
8.	10/04/14	Ministério Público Federal/RJ	Solicita informações ref. REQ 6/14
9.	10/04/14	Polícia Federal	Solicita informações ref. REQ 12/14
10.	23/04/14	Interno	
11.	24/04/14	Juiz 13ª Vara Fed. Curitiba	Oitiva José Roberto Costa
12.	28/04/14	Philippe Levy – Diretor SBM Offshore Brasil	Solicita informações de contato do Sr. Julio Faerman
13.	28/04/14	Petrobras	Solicita informações de contato do Sr. Julio Faerman.
14.	29/04/14	Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)	Solicita informações ref. REQ 17/2014.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

13

Nº	Data	Destino	Assunto
15.	29/04/14	Tribunal de Contas da União	Solicita instauração de fiscalização REQ 16/14.
16.	30/04/14	Paulo Roberto Costa (via adv. Fernando Fernandes)	Convida para oitiva no dia 22/05/14.

VI - RESPOSTAS AOS OFÍCIOS

Ofício nº 005/14-P, que solicitou informações à TRANSPETRO

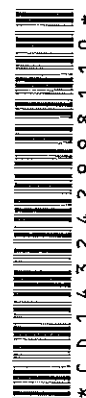
Nos termos do documento TRANSPETRO/PRES/GAPRE 004/2014, a Petrobras Transportes S.A. – TRANSPETRO informou que não possui operações e procedimentos com a empresa SBM Offshore.

Ofício nº 006/14-P, que solicitou informações ao Tribunal de Contas da União

Nos termos do Aviso nº 279-GP/TCU, de 16 de abril de 2014, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. João Augusto Ribeiro Nardes, informou-se que o expediente, autuado no TCU como processo nº TC-010.171/2014-2, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), para adoção das providências pertinentes.

Ofício nº 007/14-P, que solicitou informações à Controladoria-Geral da União

Nos termos do Ofício nº 10307/2014/GM/CGU/PR, de 24 de abril de 2014, o Dr. Jorge Hage Sobrinho, Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, informou que, em 13 de fevereiro de 2014, tão logo tomado conhecimento da matéria publica na internet, determinou o início de investigação, acionando, ao mesmo tempo, a Presidência da Petrobras quanto a possíveis providências por ela já tomadas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

14

Na sua resposta, a Petrobras informou sobre a instauração de uma Comissão Interna de Apuração (CIA) e encaminhou as primeiras informações de auditoria solicitadas pela CGU, basicamente referente aos contratos existentes entre a SBM e a Petrobras.

Em 28 de abril de 2014, foi aberto, na CGU, outra fonte de apuração mediante pedido de Cooperação Internacional às autoridades da Holanda, por meio do Ministério da Justiça. Na sequência, foi enviado representante da CGU à Europa e aos Estados Unidos, onde foram mantidos pessoalmente contatos com representantes do Ministério Público (Openbaar Ministerie) da Holanda e do Departamento de Justiça e da Comissão de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission) dos Estados Unidos.

Em ambos os casos, informou-se que inexistia, até aquele momento, qualquer investigação oficial a respeito nesses países, limitando-se referidas autoridades ao acompanhamento da apuração interna da própria SBM. As autoridades aguardavam o recebimento dos resultados da apuração interna para análise.

No dia 1º de abril, a Petrobras encaminhou à CGU o Relatório Final da CIA, o qual passou a ser analisado pela Comissão de Sindicância instaurada pelo próprio Ministro no dia 2 de abril de 2014, pela Portaria nº 677, publicada no DOU de 3 de abril de 2014.

Esse trabalho prossegue, tendo essa Comissão o prazo previsto de sessenta dias para concluir a análise de toda documentação encaminhada, que envolve todos os contratos e relações entre a Petrobras e a SBM, além dos depoimentos colhidos.

O Ministro informou que, quando concluída essa etapa, a CGU decidirá sobre o cabimento ou não da instauração de Processos Administrativos de caráter punitivo, já então com o contraditório e ampla defesa, para apurar possíveis responsabilidades, seja de agentes da Petrobras, seja de empresas fornecedoras ou prestadoras de serviços, ou de seus representantes ou intermediários.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

15

Paralelamente, a CGU obteve autorização judicial para compartilhamento de dados colhidos nos Inquéritos Policiais em curso na Polícia Federal, ainda não recebidos, à época, do Delegado responsável.

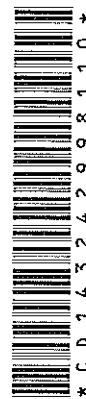
Informou, por fim, que prosseguem, simultaneamente aos trabalhos da Comissão de Sindicância, a auditoria da CGU, por sua Unidade Regional do Rio de Janeiro, com vistas a subsidiar a equipe incumbida da Sindicância.

Ofício nº 008/14-P, que solicitou informações ao Ministério Público Federal

Nos termos do Ofício nº 5370/2014-MPF/PR/RJ/BABPC, de 15 de abril de 2014, do Procurador-Chefe da PR/RJ, Dr. Guilherme Guedes Raposo, foi compulsado o banco de dados, utilizando-se como parâmetros SBM Offshore e Petrobras, e localizada a existência de três procedimentos em curso na Procuradoria da República/RJ:

- o primeiro procedimento refere-se ao Procedimento Investigatório Criminal – PIC 1.30.001.000837/2014-68, localizado no gabinete do Dr. Renato da Silva de Oliveira;
- o segundo procedimento refere-se à Notícia de Fato 1.30.001.001111/2014-42, localizada na 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, em decorrência da Promoção de Declínio de Atribuição para o Ministério Público Estadual, exarada pelo Dr. Carlos Alberto Bermond Natal;
- o terceiro procedimento refere-se à Notícia de Fato 1.30.001.001112/2014-97, vinculada ao gabinete da Dra. Ana Cristina Bandeira Lins.

O Dr. Renato Silva de Oliveira, Procurador da República, informou que o PIC 1.30.001.000837/2014-68 continua em andamento, ainda dentro do prazo previsto de noventa dias, sendo previsível que se terá de prorrogá-lo. É provável que não se encerre neste ano, pela complexidade dos fatos investigados, com vultosas operações entre a Petrobras e SBM, assim como pela necessidade de cooperação jurídica internacional e, eventualmente, obtenção e análise de movimentação financeira, com autorização judicial.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

16

Os demais ofícios externos ainda não foram respondidos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

17

VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades da Comissão Externa foram desenvolvidas em consonância com as competências a ela conferidas e dentro dos limites legais e regimentais em vigor. Por esta razão, logrou êxito em algumas das ações propostas pelo Colegiado, mas também encontrou dificuldades em dar prosseguimento a outras delas.

É importante ressaltar que, desde sua instalação, as circunstâncias se modificaram, principalmente com a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI no Senado Federal, destinada a apurar denúncias sobre supostos malfeitos envolvendo a Petrobras.

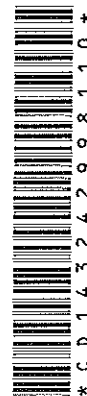
Constitucionalmente, a CPI tem todos os poderes investigatórios necessários para promover uma varredura profunda e esclarecedora nas relações entre a Petrobras e a SBM Offshore.

Com relação ao Openbaar Ministerie da Holanda, importa registrar que esse órgão ainda não comunicou a abertura de investigação contra a empresa SBM Offshore, o que torna, nesse momento, a viagem a esse país despendiosa.

No sentir do Coordenador desta Comissão, a forma mais eficiente de atuação está no devido encaminhamento dos documentos até então recebidos para a CPI, bem como na realização de sugestões sobre aquilo deve ser apurado.

Nesse contexto, julgamos fundamental a convocação do Sr. Paulo Roberto Costa para prestar depoimento.

Revela-se também imprescindível a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do Sr. Julio Faerman, representante comercial da SBM Offshore no Brasil à época dos fatos analisados. Igualmente, cabe a quebra de sigilo bancário telefônico e fiscal das empresas a ele ligadas, quais sejam: Faercom Energia Ltda e Oildrive Consultoria em Energia e Petróleo Ltda.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

18

Também deve ser investigada a relação do Grupo Faerman e do próprio Sr. Julio Faerman com as empresas Bienfaire, Jandell, Journey Advisors e Hades Production Inc.

Acreditamos que desvendar para onde foi encaminhado e direcionado o dinheiro recebido pelo Sr. Julio Faerman e respectivas empresas, a título de "comissão", é o principal meio de se descobrir o que realmente ocorreu na Petrobras.

Sugerimos, por fim, que seja requerida à Justiça Federal a remessa da documentação referente à Operação Lava Jato, a qual foi solicitada por esta Comissão, mediante a aprovação do Requerimento nº 21/2014.

Durante as investigações a serem realizadas pela CPI, esta Comissão pode trabalhar em parceria com a mesma, cabendo à Secretaria encaminhar à Comissão Parlamentar de Inquérito qualquer documento que venha a ser recebido, principalmente em razão dos ofícios já encaminhados, tudo de maneira a acelerar o processo de investigação a ser efetuado.

Sala da Comissão, em 21 de maio de 2014.


Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

Coordenador





PETROBRAS TRANSPORTE S.A.
TRANSPETRO

Rio de Janeiro, 16 de março de 2014.

TRANSPETRO/PRES/GAPRE 004/2014

A Sua Excelência o Deputado Federal

Maurício Quintella Lessa

Coordenador da Comissão Externa para Acompanhar as Investigações

Efetuadas Pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda

Câmara dos Deputados, Anexo II, sala 165-B

CEP: 70.160-900 – Brasília – DF

Assunto: **Ofício nº 005/14-P**

Requerimento nº 5, de 2014

Excelentíssimo Deputado:

Em atenção ao que nos foi solicitado através do Ofício em referência, temos a informar que a Petrobras Transporte S/A – TRANSPETRO não possui operações e procedimentos com a empresa SBM Offshore.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,



Fernando Sereda

Chefe do Gabinete da Presidência da Transpetro

Aviso nº 979 -GP/TCU

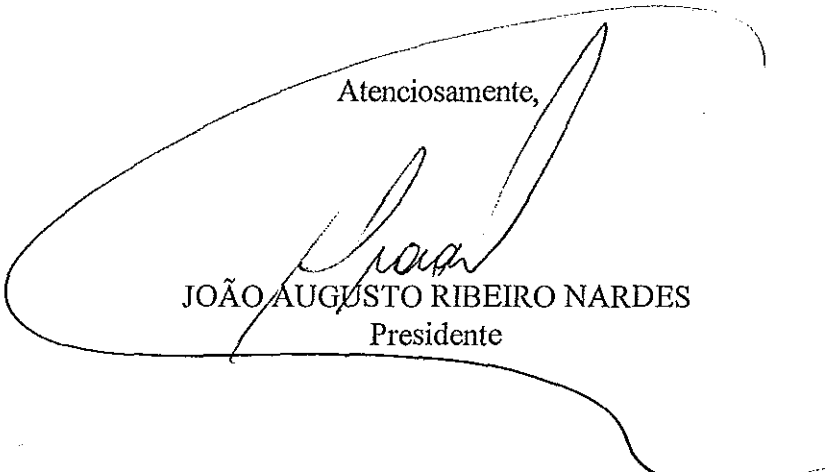
Brasília, 16 de abril de 2014.

Senhor Coordenador,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 006/14-P, de 10/4/2014, por meio do qual encaminha a esta Casa cópia do Requerimento nº 8/2014, de autoria de Vossa Excelência, que solicita ao TCU “informações acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore e a Petrobras, objeto de investigações do Openbaar Ministerie da Holanda”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-010.171/2014-2, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) deste Tribunal, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente,



JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
Coordenador da CEXPETRO
Câmara dos Deputados
Brasília - DF



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Controladoria-Geral da União
SAS Quadra I, Bloco "A", Ed. Darcy Ribeiro – 70070-905– Brasília, DF, Tel: (61) 2020-7242

Ofício nº *10307*/2014/GM/CGU-PR

Brasília, *24* de abril de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
Coordenador da Comissão Externa para
Investigação sobre a SBM Off Shore e a Petrobras
Câmara dos Deputados, Sala 165-B - Anexo II
70160-900 – Brasília – DF

Assunto: **Solicita informações acerca das operações da Empresa SBM Offshore e a Petrobras.**

Senhor Deputado,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, refiro-me ao Ofício nº 007/14-P, de 10 de abril de 2014, para informar-lhe o que segue.

2. Tão logo tomei conhecimento, em 13 de fevereiro passado, de matéria publicada em site internacional na internet, a respeito de denúncia envolvendo a Petrobras e a empresa Holandesa SBM Off Shore, determinei o início de investigação a respeito, acionando, ao mesmo tempo, a Presidência da Petrobras quanto a possíveis providências por ela já tomadas. Isso ocorreu no dia 14 de fevereiro.

3. A Petrobras respondeu informando da instauração de uma Comissão Interna de Apuração (CIA) e encaminhando as primeiras informações de auditoria solicitadas pela CGU, basicamente referentes aos contratos existentes entre as duas empresas.

4. Em 28 do mesmo mês, abrimos, na CGU, uma outra frente de apuração, mediante pedido de Cooperação Internacional às autoridades da Holanda, por intermédio do Ministério da Justiça. Na sequência, enviamos representante da CGU à Europa e aos EUA, onde foram mantidos pessoalmente contatos com representantes do Ministério Público holandês e do Departamento de Justiça e da SEC (Securities and Exchange Commission) norte americanos.



5. Em ambos os casos os nossos representantes foram informados de que inexistia, até aquele momento, qualquer investigação oficial a respeito, naqueles países, limitando-se referidas autoridades ao acompanhamento da apuração interna da própria empresa (SBM). As autoridades aguardavam o recebimento dos resultados da apuração interna para análise. Essa situação permanece inalterada até o presente momento, segundo as informações de que dispomos.

6. No dia 1º de abril último, a Petrobras encaminhou à CGU o Relatório Final de sua Comissão de Apuração Interna, o qual passou a ser analisado pela Comissão de Sindicância por mim instaurada no dia seguinte (2 de abril), pela Portaria nº 677, publicada no DOU de 3 de abril.

7. Esse trabalho prossegue, tendo a Comissão da CGU o prazo previsto de 60 (sessenta) dias para concluir a análise de toda documentação encaminhada, que envolve todos os contratos e as relações entre a Petrobras e a SBM, além dos depoimentos colhidos pela Comissão Interna. Quando concluída essa etapa, a CGU decidirá sobre o cabimento ou não – a depender dos indícios colhidos na Sindicância Investigativa – da instauração de Processos Administrativos de caráter punitivo, já então com o contraditório e ampla defesa, para apurar possíveis responsabilidades, seja de agentes da Petrobras, seja de empresas fornecedoras ou prestadoras de serviços, ou de seus representantes ou intermediários.

8. Paralelamente, a CGU solicitou (e obteve) autorização judicial para compartilhamento de dados colhidos nos Inquéritos Policiais em curso na Polícia Federal, encontrando-se, no momento, na expectativa de recebê-los do Delegado responsável.

9. Prosseguem, também, simultaneamente aos trabalhos da Comissão de Sindicância Investigativa, a auditoria da CGU, por sua Unidade Regional no Rio de Janeiro, com vistas a subsidiar a equipe incumbida da Sindicância.

10. São estas as informações que me cumpre apresentar a Vossa Excelência e aos seus ilustres pares, nesta oportunidade, permanecendo ao seu dispor para futuras informações ou esclarecimentos porventura necessários.

Atenciosamente,


JORGE HAGE SOBRINHO

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Nilo Peçanha, nº 31, Sala 901, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.020-100 -

TEL.: (21) 3971-9391 – FAX Nº (21) 3971-9366

OFÍCIO PR/RJ/CB/Nº 5378/2014

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2014.

DO: Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro

Ao Exmo. Sr. Coordenador da Comissão Externa

Deputado Maurício Quintela Lessa

REFERÊNCIA: 008/14-P, datado de 10/04/2014

Senhor Deputado,

Venho pelo presente Informar que foi Protocolada representação visando apurar a possível prática de improbidade administrativa na PETROBRAS na realização de contratos com a empresa SBM Offshore sob o nº 1.30.001.001111/2014-42.

Contudo, antes de determinar a instauração de procedimento preparatório entendi que era caso de declinar minha atribuição para o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, conforme razões em anexo.

Esclareço, outrossim, que os autos encontram aguardar apreciação da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

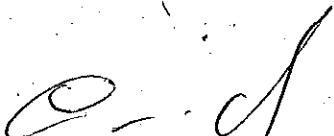
"Favor fazer referência ao número do procedimento no envelope da resposta oferecida, que deverá ser encaminhada à Divisão de Tutela Coletiva - DTC da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro - Av. Nilo Peçanha nº 31- 2º andar - Centro - CEP.: 20.020-100 - Rio de Janeiro-RJ - Tel: (21) 3971-9300 Fax: (21) 3971-9478"



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Nilo Peçanha, nº 31, Sala 901, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.020-100 -
TEL.: (21) 3971-9391 – FAX Nº (21) 3971-9366

Aproveito o ensejo para apresentar meus protestos de elevada estima e consideração.


CARLOS ALBERTO BERMOND NATAL
Procurador da República

Câmara dos Deputados, Anexo II, Sala 165-B, Brasília/ DF CEP 70160-900

"Favor fazer referência ao número do procedimento no envelope da resposta oferecida, que deverá ser encaminhada à Divisão de Tutela Coletiva - DTC da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro - Av. Nilo Peçanha nº 31- 2º andar - Centro - CEP.: 20.020-100 - Rio de Janeiro-RJ - Tel: (21) 3971-9300 Fax: (21) 3971-9478"



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Nilo Peçanha, nº 31, Sala 901, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.020-100 -

TEL.: (21) 3971-9391 – FAX Nº (21) 3971-9366.

OFÍCIO PR/RJ/CB/Nº 3830/2014

Rio de Janeiro, 24 de março de 2014.

DO: Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro

A Exma. Sra. Coordenadora da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão -
Patrimônio Público e Social

Dra. Denise Vinci Túlio

REFERÊNCIA: Peças de Informação nº 1.30.001.001111/2014-42

Senhora Coordenadora,

Em atenção ao contido no Enunciado nº 12 desta E.
Câmara, Venho pelo presente encaminhar os autos das Peças de Informação
supracitada para que seja apreciado os fundamentos do declínio de atribuição.

Aproveito o ensejo para renovar meus protestos de elevada
estima e consideração.

CARLOS ALBERTO BERMOND NATAL
Procurador da República

SAF Sul Quadra 04, Conjunto C - Bloco B, Sala 305 - Brasília/ DFCEP 70050-900

"Favor fazer referência ao número do procedimento no envelope da resposta oferecida,
que deverá ser encaminhada à Divisão de Tutela Coletiva - DTC da Procuradoria da
República no Estado do Rio de Janeiro - Av. Nilo Peçanha nº 31- 2º andar - Centro - CEP.:
20.020-100 - Rio de Janeiro-RJ - Tel: (21) 3971-9300 Fax: (21) 3971-9478"



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Av. Nilo Peçanha, nº 31, Sala 9901, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.020-100

TEL.: (21) 3971-9391 – FAX Nº (21) 3971-9366

Notícia de Fato nº 1.30.001.001111/2014-42

DESPACHO

A presente representação foi encaminhada para verificar a possibilidade de instauração de procedimento preparatório visando apurar a possível prática de improbidade administrativa na PETROBRAS na realização de contratos com a empresa SBM Offshore.

Como a PETROBRAS é uma empresa de economia mista integrante da administração indireta da União o Ministério Público Federal não tem atribuição para a propositura tanto de uma possível ação civil pública, como de uma ação civil por ato de improbidade administrativa, eis que compete ao órgão do Ministério Público Estadual apreciar a hipótese *sub examine*.

Com efeito, a propositura de eventual demanda em juízo incompetente inquinaria todo o processo.

Vários são os critérios adotados para se determinar a competência no direito processual civil e penal brasileiro: *ratione materiae*; *ratione personae* e *ratione loci*.

Interessa - nos, no caso em comento, analisar o segundo dos critérios, qual seja o relativo à pessoa.

Segundo, preleciona o Douto Frederico Marques, falando por toda doutrina, "*há incompetência absoluta quando uma categoria de Juízes e Tribunais decide causa afeta a outra categoria; quando no mesmo quadro de jurisdição, juízes investidos apenas de jurisdição cível decidem causas criminais. Ainda há incompetência absoluta nos casos de competência funcional por graus de jurisdição*" (Da competência em matéria penal, São Paulo, Saraiva, 1953, p. 304 e s.).

A própria Constituição da República, em seu art. 109, inciso I, não elenca as causas em que figurem as sociedades de economia mista, como autoras ou rés, no feixe de competência da justiça federal, retirando, assim, a legitimidade do Ministério Público Federal em atuar nas questões que demandem lesão aos interesses destas pessoas jurídicas de direito privado.

Não fosse suficiente a Súmula 556 do Supremo Tribunal Federal e a Súmula 42 do Superior Tribunal de Justiça expressam, de forma



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Av. Nilo Peçanha, nº 31, Sala 9901, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.020-100

TEL.: (21) 3971-9391 – FAX Nº (21) 3971-9366

extreme de dúvidas, ser o foro da Justiça Estadual o competente para dirimir controvérsias a respeito das mencionadas pessoas jurídicas:

“ É competente a justiça comum para julgar as causas em que “é parte a sociedade de economia mista”. (STF, Súmula 56).

“Compete à justiça comum estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte a sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento”. (STJ, Súmula 42).

Com efeito, o simples fato de a União Federal ter participação ou o controle acionário majoritário em uma pessoa jurídica não autoriza a presunção de que há ali interesse direto da União; daí ter-se por necessário que seja este interesse, caso presente, expressamente manifestado pela União, para que só então se justifique a competência da Justiça Federal para a análise de eventual ação, nos termos do art. 109, I, da CF, justificando-se assim também a decorrente atribuição do Ministério Público Federal para a atuação no caso.

Neste sentido, vide os elucidativos termos da decisão prolatada pelo II. Min. do STF Menezes Direito, no conflito de atribuições entre MPF e MPE/SP autuado como ACO/1233 (04/11/2008):

“ainda que a investigação se dirija à apuração de lesão ao patrimônio da sociedade de economia mista de capital da União, isso não importará no automático reconhecimento de um interesse da União. Para que tal interesse seja reconhecido, este há de ser manifestado expressamente. Foi o que o se decidiu na ACO nº 971/RJ, em que também foi Relator o Ministro Joaquim Barbosa (D.J. 30.09.2008). Dos elementos até agora investigados, tudo indica, portanto, que é o Ministério Público do Estado de São Paulo que deve funcionar. Ante o exposto, conheço do conflito e acolho integralmente o parecer do douto Procurador-Geral da República, para declarar a atribuição do Ministério Público do Estado de São Paulo.”

De fato, sendo a PETROBRAS sociedade de economia mista federal, pessoa jurídica distinta da União, não se pode identificar de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Av. Nilo Peçanha, nº 31, Sala 9901, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.020-100

TEL.: (21) 3971-9391 – FAX Nº (21) 3971-9366

plano, automaticamente, a presença de interesse da União em hipóteses que envolvem o patrimônio de tal entidade.

Vale dizer, não obstante o capital das sociedades de economia mista federais seja composto majoritariamente por recursos da União, eventuais irregularidades atinentes ao patrimônio destas sociedades interessará diretamente a elas próprias, pessoas jurídicas que são, autônomas e distintas da União, não havendo interesse direto da União em casos que tais. Daí a necessidade de manifestação expressa da União nas hipóteses em que conclui que a lesão à pessoa jurídica de direito privado, dadas as circunstâncias do caso concreto, atinge aos seus interesses, caso em que deverá figurar como parte na ação judicial correlata, a qual, via de consequência, por força do art. 109, I, da CF, deverá tramitar perante a Justiça Federal, funcionando na hipótese o MPF.

Ora, houvesse interesse direto da União em casos relativos a qualquer dos tipos de pessoa jurídica que compõem a Administração Indireta Federal, entre os quais, a sociedade de economia mista, e a Constituição da República não teria previsto expressa e especificamente em seu art. 109, IV, ao definir a competência federal em matéria penal (*ratione materiae*), cada um dos tipos de entidade cujos bens, serviços e interesses, ao lado dos da União, caso lesados, justificam a competência da Justiça Federal, rol do qual aliás não faz parte a sociedade de economia mista. De fato, ao incluir expressamente os interesses das entidades autárquicas e empresas públicas em seu art. 190, IV, o texto constitucional os distingue dos interesses (diretos) da União.

Nesse sentido é o trecho abaixo transcrito do voto prolatado pelo Il. Min. do STJ Milton Luiz Pereira, enquanto Relator do Resp 200.200/SP, acompanhado à unanimidade pelos integrantes da 1ª Turma daquela Corte Superior:

"Não obstante as boas razões acordadas no egrégio Tribunal a quo, tem significância ressaltar que, por consequência albergando os limites da atuação do parquet federal, a competência da Justiça Federal está definida constitucionalmente, não podendo ser tangenciada (art. 109, incisos e parágrafos, C.F.). Via de consequência, as causas do interesse de sociedade de economia mista não têm o desfrute da competência atribuída à Justiça Federal. De resto, na sequência de multifários precedentes jurisprudenciais, compreensão objeto das Súmulas 251, 508,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Av. Nilo Peçanha, nº 31, Sala 9901, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.020-100

TEL.: (21) 3971-9391 – FAX Nº (21) 3971-9366

517 e 556, todas do excelso Supremo Tribunal Federal. Daí, consideradas a Ação Civil Pública comentada e as qualificações dos réus, as certas anotações feitas pelo Recorrente: omissis '1. Por força do art. 128 da Constituição Federal, o Ministério Público abrange o da União, o qual compreende: o Federal; o do Trabalho; o Militar; o do Distrito Federal e Territórios, e dos Estados. Ainda, segundo previsão constitucional, leis complementares estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público (art. 128, parágrafo 5º). Assim, a Lei Complementar nº 75/93 organizou as atribuições do Ministério Público da União, conferindo-lhe, ademais, seu estatuto. Uma das atuações do Ministério Público da União, prevista no art. 6º da citada lei complementar é a da promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção ao patrimônio público (letra "b", primeira figura, inciso VII). Também a Lei Complementar nº 734/93, que institui a lei orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo, prevê como uma de suas funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção, defesa e reparação de danos causados ao patrimônio público. Vê-se que há uma intersecção de atribuições entre os Ministérios Públicos Federal e do Estado de São Paulo a respeito deste tema e de outros. Aparentemente não cuidam as respectivas leis orgânicas de regulamentar a esfera de atribuição de cada um deles; fato que vem ensejando interpretações conflitantes que pouco resolvem a questão. Mas, apenas na aparência há esse conflito, pois que o art. 37 da Lei Complementar nº 75/93 delimita o exercício das funções do Ministério Público Federal às causas de competência do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e dos Juizes Federais e dos Tribunais e Juizes Eleitorais, bem como a quaisquer juizes e tribunais, desde que seja para a defesa de direitos e interesses dos índios e das populações indígenas, do meio



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Av. Nilo Peçanha, nº 31, Sala 9901, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.020-100

TEL.: (21) 3971-9391 – FAX Nº (21) 3971-9366

ambiente, de bens e direito de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, integrantes do patrimônio nacional. Por aí se conclui que a legitimidade e a correlata limitação das atribuições do Ministério Público Federal inserem-se no contexto da competência. Dessa forma, dentro da sua finalidade que é de instituição permanente e essencial à jurisdição do Estado, tratando-se de causa da competência do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais, a iniciativa para a promoção do inquérito civil e da ação civil pública será a do MP Federal. Fora desses casos, e de forma residual, a legitimidade ficará a cargo do MP do Estado de São Paulo. A competência, como medida de jurisdição que é, serve de parâmetro para se definir a legitimidade do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Estado, no caso em tela, de São Paulo. Na hipótese dos autos, deparamo-nos com uma sociedade de economia mista federal. Em princípio seria caso de atraí-la para a esfera da Justiça Federal. Todavia, ante o que dispõe o art. 109 da Constituição Federal, aos juízes federais compete tão somente processar e julgar, entre outras, as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autóra, rés, assistentes ou oponentes. Constata-se que as sociedades de economia mista federal não foram contempladas com o foro da Justiça Federal, restando-se-lhes a Justiça Comum Estadual. Aliás, o Supremo Tribunal Federal já sumulou a respeito, editando as Súmulas 556, 517, 508 e 251. Assim, seja pelo enunciado do citado art. 109 da Carta Magna, sejam pelas mencionadas súmulas que reafirmam a competência da Justiça Estadual para processar e julgar causas em que sociedade de economia mista federal for parte, tem-se como legítima a iniciativa do Ministério Público do Estado de São Paulo, para a ação civil pública em tela. Ora, se a causa em tela é da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Av. Nilo Peçanha, nº 31, Sala 9901, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.020-100

TEL.: (21) 3971-9391 – FAX Nº (21) 3971-9366.

competência da Justiça Estadual, por força do dispositivo constante do art. 109 da Constituição Federal, bem como os membros do Ministério Público Federal exercem suas funções nas causas de competência do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais e Tribunais e Juízes Eleitorais, exclusivamente, conclui-se que a legitimidade para a ação em tela cabe ao Ministério Público Estadual, cuja atribuição para defesa do patrimônio público está igualmente prevista na Constituição e em leis ordinárias, além de sua própria Lei Orgânica. Mas, o v. acórdão embargado traz contradição, pois que mesmo admitindo a competência da Justiça Estadual, para o processamento e julgamento do caso em tela, nega a legitimidade do Parquet Estadual, para atuar frente a citada jurisdição. Evidentemente, que em decorrência dos termos do art. 37 da Lei Complementar nº 75/93, não pode o Ministério Público Federal atuar junto à Justiça Comum Estadual, a não ser para defender direitos e interesses de índios ou populações indígenas, do meio ambiente, bens e direitos de valor artístico, estético, turístico e paisagístico, integrantes do patrimônio nacional, que não é o caso dos autos. No mais, sua legitimidade, para a defesa de todos os demais direitos e interesses, limita-se à jurisdição da Justiça Federal. Como as atribuições e funções são comuns aos respectivos Ministérios Públicos, o que define a atuação de um e outro é justamente a previsão legal prevista no supracitado art. 37, da Lei Complementar nº 75/93, reservando-se ao MP Estadual tudo o mais que não se dirija à Jurisdição Federal.”(Resp 200.200/SP, 1ª Turma STJ, unânime, julgado em 20/08/2002 - negrito e grifos nossos).

Portanto, não se encontra na presente hipótese qualquer das causas previstas na Lei Complementar 75/93 como pertencentes à área de atuação do Ministério Público Federal, não encerrando o caso em tela, conforme já exaustivamente demonstrado alhures, qualquer questão relativa ao



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Av. Nilo Peçanha, nº 31, Sala 9901, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.020-100

TEL.: (21) 3971-9391 – FAX Nº (21) 3971-9366

patrimônio nacional (art. 37, II, da LC 75/93), ou sequer questão patrimonial, referindo-se a denúncia, a priori, a possíveis atos de improbidade por parte de agentes da NUCLEP, e relacionados a atividade-meio da entidade, os quais, por todo o exposto, não compete ao MPF apurar.

Antes, contudo da remessa dos autos ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em atendimento ao quanto deliberado pelo Egr. Conselho Institucional do Ministério Público Federal em Reunião Ordinária realizada aos 13/05/2009, é necessária a apreciação da Colenda 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF da homologação da presente decisão de declínio de atribuição.

Assim, não subsistindo razões que justifiquem a atribuição deste Parquet Federal para apreciar a matéria, declino da minha atribuição para o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, face ao firme posicionamento da Suprema Corte a respeito do assunto, **mas antes, contudo, em atendimento ao quanto deliberado pelo Egr. Conselho Institucional do Ministério Público Federal em Reunião Ordinária realizada aos 13/05/2009, encaminhem-se os autos à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, para fins de homologação da presente decisão de declínio e posterior remessa ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.**

Rio de Janeiro, 24 de março de 2014.

CARLOS ALBERTO BERMOND NATAL
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA REPÚBLICA - RIO DE JANEIRO
Usuário: JACQUELINE BESERRA
Único

Sector:
COJUD/P

Extrato de Auto Administrativo

Data: 15/04/2014

Notícia de Fato - NF - 1.30.001.001111/2014-42 - CÍVEL - TUTELA COLETIVA

Resumo: REPRESENTAÇÃO DO DEPUTADO FEDERAL ANTONIO IMBASSAHY RELATIVA À PETROBRÁS E À EMPRESA HOLANDESA SBM OFFSHORE N.V. - EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

Câmara/Tema/Subtema: 5ª Câmara - Patrimônio Público e Social
Improbidade Administrativa

Distribuição: PR-RJ - Encerrada em 08/04/2014 - 33º OFÍCIO (CARLOS NATAL)

Localização: PGR/5A.CAM - 5A.CAMARA DE COORDENACAO E REVISAO

Partes: ORIGINADOR - RENATO SILVA DE OLIVEIRA
REPRESENTANTE - ANTONIO IMBASSAHY
REPRESENTADO - SBM OFFSHORE / EMPRESA HOLANDESA
REPRESENTADO - PETROBRÁS

Total de 1 documento(s).

Relatório gerado em 15/04/2014 12:17



URGENTE

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
Coordenadoria Jurídica

PR-RJ-00026457/2014.

Ref. Ofício nº 008/14-P da Câmara dos Deputados

Ref. SBM Offshore e Petrobras

CERTIDÃO nº 395/2014

Certifico, de ordem da Coordenadora Jurídica, Priscylla Reis Ferreira, que foi realizada pesquisa no sistema Único, na data de 15/04/2014, atendendo ao solicitado no Ofício supra referido, tendo como parâmetros: **SBM Offshore e Petrobras**, sendo localizados os seguintes procedimentos, conforme extratos anexos:

- **PIC 1.30.001.000837/2014-68**, localizado no Gabinete do Dr. Renato Silva de Oliveira, em substituição ao Dr. Guilherme G. Raposo;
- **NF 1.30.001.001111/2014-42**, localizada na 5ª CCR, com Promoção de Declínio de Atribuição para o Ministério Público Estadual, exarada pelo Dr. Carlos Alberto Bermond Natal;
- **NF 1.30.001.001112/2014-97**, aguardando recebimento no Gabinete da Drª Ana Cristina B. Lins, em substituição ao Dr. Alexandre R. Chaves.


Jacqueline S. Beserra
Secretária da Cojud



PR-RJ-00027001/2014

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Av. Nilo Peçanha, 31 – 12º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20020-100
Telefones: (21) 3971-9504 / (21) 3971-9304 Fax: (21) 3971-9313
E-mail: PRRJ-SecProc_Chefe@prj.mpf.gov.br

Ofício nº 5370/2014-MPF/PR/RJ/GABPC

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2014.

Ref.: Ofício nº 008/14-P, de 10/04/2014.

Requerimento n.º 06/2014.

Exmo. Sr. Deputado Federal,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a V. Exa., em atenção ao Ofício nº 008/14-P, de 10/04/2014, por meio do qual são solicitadas informações acerca das ações em curso no MPF referentes às operações e procedimentos, no Brasil, da Empresa SBM Offshore e da Petrobrás, objeto das investigações do Openbaar Ministerie da Holanda, para informar o que se segue.

Compulsando o banco de dados desta Unidade Ministerial, utilizando-se como parâmetros SBM Offshore e Petrobrás, foi localizada a existência de três procedimentos em curso na PR/RJ, nos termos da Certidão n.º 395/2014, cuja cópia segue em anexo:

- O primeiro procedimento refere-se ao PIC 1.30.001.000837/2014-68, localizado no gabinete do Dr. Renato da Silva de Oliveira;

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO FEDERAL MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
Coordenador da Comissão Externa- PR/AL
Câmara dos Deputados - Anexo II, Sl. 165-B
CEP: 70.160-900 – Brasília/DF
Tel: (61) 3216-6232 - E-mail: cex.petro@camara.leg.br

enviado por e-mail - 15/04/2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

(Fls. 2/2 - Ofício nº 5370 /2014 – MPF/PR/RJ/GABPC)

- O segundo procedimento refere-se à Notícia de Fato 1.30.001.00111/2014-42, atualmente localizada na 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, em decorrência da Promoção de Declínio de Atribuição para o Ministério Público Estadual, exarada pelo Dr. Carlos Alberto Bermond Natal;
- O terceiro procedimento refere-se à Notícia de Fato 1.30.001.00112/2014-97, vinculada ao gabinete da Dra. Ana Cristina Bandeira Lins.

Cumpre-me esclarecer que esta Chefia não possui qualquer poder de gestão na atividade-fim da Instituição, sendo uma chefia meramente administrativa e gestora dos recursos disponibilizados à Unidade.

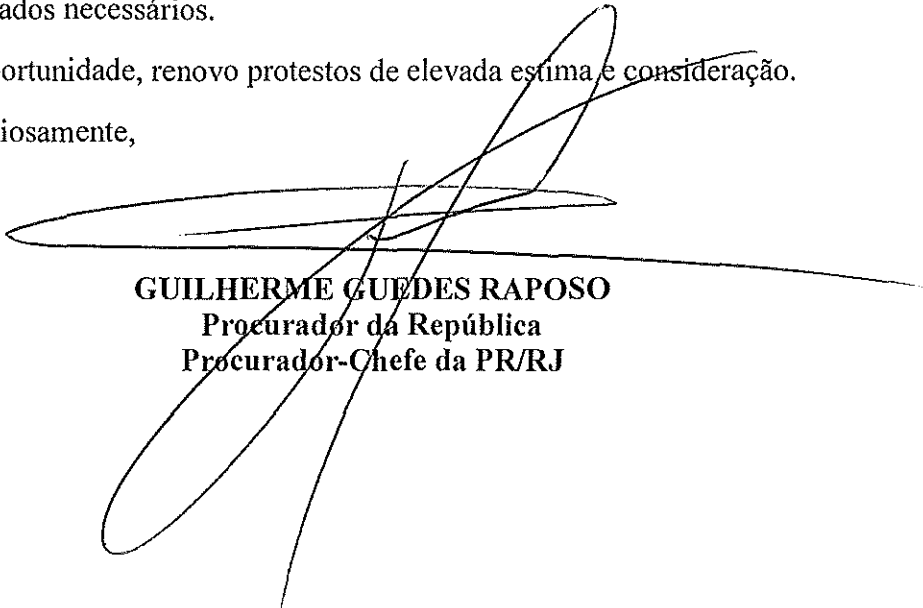
De fato, os Membros do *Parquet*, no exercício de suas atribuições, gozam de independência funcional, não tendo este subscritor qualquer ingerência sobre a atuação dos Procuradores da República na condução de representações, procedimentos administrativos e processos judiciais a eles vinculados, razão pela qual incumbe aos respectivos Membros o dever de fornecer dados e informações concernentes aos procedimentos dos quais são titulares.

Assim sendo, este subscritor encaminhou cópias do Ofício n.º 008/14-P aos gabinetes do Dr. Renato da Silva de Oliveira, do Dr. Carlos Alberto Bermond Natal e da Dra. Ana Cristina Bandeira Lins (cópias em anexo), a fim de que fossem fornecidas diretamente a V. Exa. as informações pertinentes à instrução dos trabalhos da Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie da Holanda.

Diante do exposto, encaminho a V. Exa. o incluso conjunto documental, destacando que a PR/RJ encontra-se à disposição desse Órgão para o fornecimento de quaisquer outros esclarecimentos julgados necessários.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



GUILHERME GUEDES RAPOSO
Procurador da República
Procurador-Chefe da PR/RJ

URGENTE



COPIA

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Av. Nilo Peçanha, 31 – 12º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20020-100
Telefones: (21) 3971-9504 / (21) 3971-9304 Fax: (21) 3971-9313
E-mail: PRRJ-SecProc_Chefe@prj.mpf.gov.br

MEMORANDO nº **538** /2014-MPF/PR/RJ/GABPC

Rio de Janeiro, 15/04/2014.

De: **GUILHERME GUEDES RAPOSO**
Procurador-Chefe da PR-RJ

Sistema Único – ETIQUETA
PR-RJ- 00026955 /2014

Para: **CARLOS ALBERTO BERMOND NATAL**
Procurador da República

Assunto: Informações solicitadas pela Câmara dos Deputados.

Senhor Procurador,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a V. Exa. para tratar do Ofício n.º 008/14-P, de 10/04/2014, por meio do qual o Exmo. Sr. Deputado Federal Maurício Quintella Lessa solicita informações acerca das ações em curso no MPF referentes às operações e procedimentos, no Brasil, da **Empresa SBM Offshore e da Petrobrás**, objeto das investigações do **Openbaar Ministerie da Holanda**.

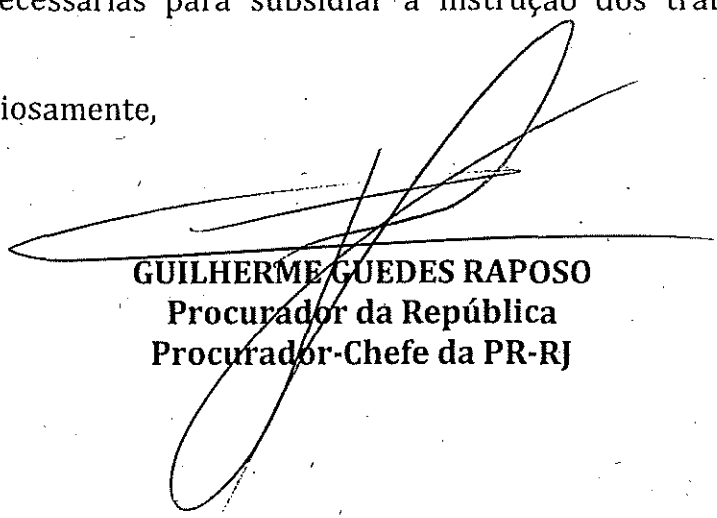
Compulsando os dados do Sistema Único, utilizando-se como parâmetros SBM Offshore e Petrobrás, foi localizada a existência da Notícia de Fato 1.30.001.00111/2014-42, vinculada ao seu gabinete, nos termos da Certidão n.º 395/2014, cuja cópia segue em anexo.

Gabinete do Dr. **CARLOS ALBERTO BERMOND NATAL**
Salas 901/902

(Fl. 2/2 do Memorando nº 538 /2014 – /2014-MPF/PR/RJ/GÁBPC)

Considerando tratar-se de investigação afeta à atividade-fim do *Parquet* Federal, sob a qual esta Chefia administrativa não possui qualquer gestão ou ingerência, encaminho-lhe o incluso conjunto documental, a fim de que V. Exa. encaminhe diretamente à Câmara dos Deputados, **com a urgência que o caso requer**, as informações necessárias para subsidiar a instrução dos trabalhos da referida Comissão Externa.

Atenciosamente,



GUILHERME GUEDES RAPOSO
Procurador da República
Procurador-Chefe da PR-RJ

URGENTE



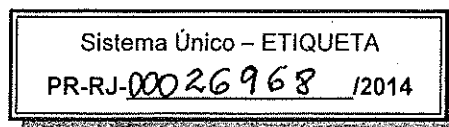
COPIA

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Av. Nilo Peçanha, 31 – 12º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20020-100
Telefones: (21) 3971-9504 / (21) 3971-9304 Fax: (21) 3971-9313
E-mail: PRRJ-SecProc_Chefe@prj.mpf.gov.br

MEMORANDO nº 539 /2014-MPF/PR/RJ/GABPC

Rio de Janeiro, 15/04/2014.

De: **GUILHERME GUEDES RAPOSO**
Procurador-Chefe da PR-RJ



Para: **ANA CRISTINA BANDEIRA LINS**
Procuradora da República

Assunto: Informações solicitadas pela Câmara dos Deputados.

Senhora Procuradora,

Cumprimentando-a cordialmente, dirijo-me a V. Exa. para tratar do Ofício nº 008/14-P, de 10/04/2014, por meio do qual o Exmo. Sr. Deputado Federal Maurício Quintella Lessa solicita informações acerca das ações em curso no MPF referentes às operações e procedimentos, no Brasil, da **Empresa SBM Offshore e da Petrobrás**, objeto das investigações do **Openbaar Ministerie da Holanda**.

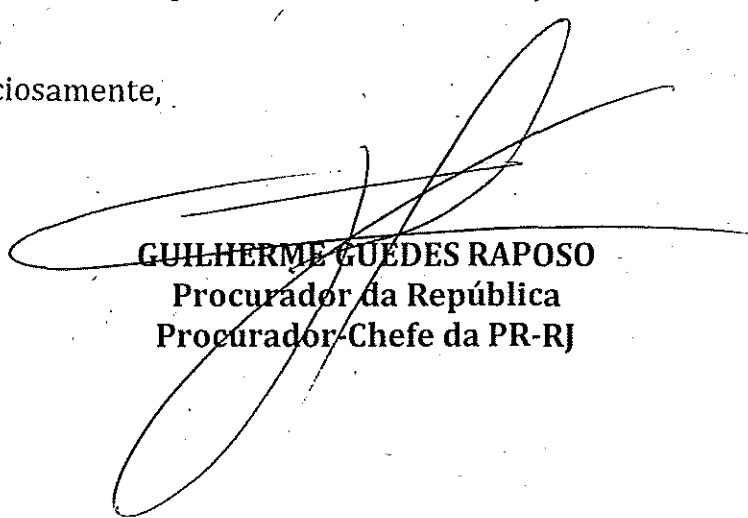
Compulsando os dados do Sistema Único, utilizando-se como parâmetros SBM Offshore e Petrobrás, foi localizada a existência da Notícia de Fato 1.30.001.001112/2014-97, vinculada ao seu gabinete, nos termos da Certidão nº 395/2014, cuja cópia segue em anexo.

Gabinete da Dra. **ANA CRISTINA BANDEIRA LINS**
Salas 910/915

(Fl. 2/2 do Memorando nº 539 /2014 - /2014-MPF/PR/RJ/GABPC)

Considerando tratar-se de investigação afeta à atividade-fim do *Parquet* Federal, sob a qual esta Chefia administrativa não possui qualquer gestão ou ingerência, encaminho-lhe o incluso conjunto documental, a fim de que V. Exa. encaminhe diretamente à Câmara dos Deputados, **com a urgência que o caso requer**, as informações necessárias para subsidiar a instrução dos trabalhos da referida Comissão Externa.

Atenciosamente,



GUILHERME GUEDES RAPOSO
Procurador da República
Procurador-Chefe da PR-RJ

URGENTE



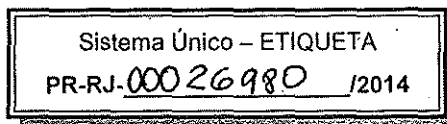
COPIA

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Av. Nilo Peçanha, 31 – 12º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20020-100
Telefones: (21) 3971-9504 / (21) 3971-9304 Fax: (21) 3971-9313
E-mail: PRRJ-SecProc_Chefe@prj.mpf.gov.br

MEMORANDO nº 540 /2014-MPF/PR/RJ/GABPC

Rio de Janeiro, 15/04/2014.

De: **GUILHERME GUEDES RAPOSO**
Procurador-Chefe da PR-RJ



Para: **RENATO SILVA DE OLIVEIRA**
Procurador da República

Assunto: Informações solicitadas pela Câmara dos Deputados.

Senhor Procurador,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a V. Exa. para tratar do Ofício n.º 008/14-P, de 10/04/2014, por meio do qual o Exmo. Sr. Deputado Federal Maurício Quintella Lessa solicita informações acerca das ações em curso no MPF referentes às operações e procedimentos, no Brasil, da **Empresa SBM Offshore e da Petrobrás**, objeto das investigações do **Openbaar Ministerie da Holanda**.

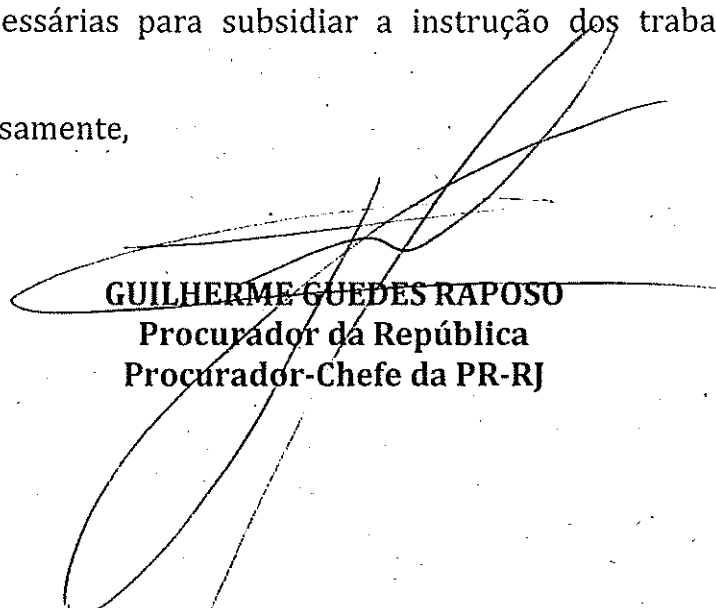
Compulsando os dados do Sistema Único, utilizando-se como parâmetros SBM Offshore e Petrobrás, foi localizada a existência do PIC 1.30.001.000837/2014-68, vinculado ao seu gabinete, nos termos da Certidão n.º 395/2014, cuja cópia segue em anexo.

Gabinete do Dr. **RENATO SILVA DE OLIVEIRA**
Salas 1024/1025

(Fl. 2/2 do Memorando nº 540 /2014 – /2014-MPF/PR/RJ/GABPC)

Considerando tratar-se de investigação afeta à atividade-fim do *Parquet* Federal, sob a qual esta Chefia administrativa não possui qualquer gestão ou ingerência, encaminho-lhe o incluso conjunto documental, a fim de que V. Exa. encaminhe diretamente à Câmara dos Deputados, **com a urgência que o caso requer**, as informações necessárias para subsidiar a instrução dos trabalhos da referida Comissão Externa.

Atenciosamente,



GUILHERME GUEDES RAPOSO
Procurador da República
Procurador-Chefe da PR-RJ

URGENTE

COPIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

Ofício nº 008/14-P

Brasília, 10 de abril de 2014.

Sistema Único - Etiqueta

PR-RJ-00026224/2014

A Sua Excelência o Senhor
GUILHERME GUEDES RAPOSO

Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro
Ministério Público Federal

Senhor Procurador,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que esta Comissão Externa aprovou em reunião deliberativa realizada em 9 de abril de 2014, o Requerimento Nº 6/14, que solicita informações ao Ministério Público Federal no Rio de Janeiro sobre suas ações referentes às operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore e a Petrobras, objeto das investigações do Openbaar Ministerie da Holanda.

Em razão da decisão tomada pelo Colegiado, solicito que remeta, com a brevidade que o caso requer, as informações relativas ao caso de que disponha o Ministério Público Federal para instrução dos trabalhos desta Comissão.

Contando com o atendimento desta solicitação, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

PR - RJ
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE
Recebido 16:20 horas
Em 14 / 04 / 2014

Edilaine
Rúbrica

Atenciosamente,

Maurício
Dep. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
Coordenador - PR/AL

Secretária Executiva da Comissão: Regina Pereira Games
Câmara dos Deputados, Anexo II, Sl. 165-B, Brasília/DF, 70.160-900
Tel. (61) 3216-6232, fax. (61) 3216-6242 E-mail: cex.petro@camara.leg.br

*Entomado, com urgência, até 16/04/14 (2)
com atribuição sobre o termo
de 12/11/14 ao D. João
Teo. do J. J. e a referida
formulário e sobre a pro
ceder a atividade
14/04/14
GUILHERME GUEDES RAPOSO*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdã, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore e a Petrobras.

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2014.
(Do Sr. Maurício Quintella Lessa)

Solicita informações ao Ministério Público Federal no Rio de Janeiro sobre suas ações referentes às operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore e a Petrobras, objeto das investigações do Openbaar Ministerie da Holanda.

Nos termos regimentais, requero, ouvido o plenário deste Colégio, sejam solicitadas ao Ministério Público Federal no Rio de Janeiro informações sobre suas ações referentes às operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore e a Petrobras, objeto das investigações do Openbaar Ministerie da Holanda.

Sala da Comissão, em 08 de abril de 2014.

DEP. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
Coordenador - PR/AL

[Assinatura]
-b.d.
SPD
Maurício Quintella Lessa

CD146557895795

PRRJ-Sec. Proc. Chefe - Solicitação de Informações à PR/RJ - Of. 8/14 e Req. 06/14.

De: Comissão Externa Investigações sobre a SBM Offshore e a Petrobras<cex.petro@camara.leg.br>
Para: PRRJ-SecProc_Chefe@prrij.mpf.gov.br
Data: 14/04/2014 15:18
Assunto: Solicitação de Informações à PR/RJ - Of. 8/14 e Req. 06/14.
Anexos: Of. Pres. 2014_008 - MPF.pdf; REQ 06-2014 - informações MPF-RJ.pdf

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

A Sua Excelência o Senhor
Guilherme Guedes Raposo
Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio de Janeiro

Sr. Procurador-Chefe,

De ordem do Coordenador desta Comissão Externa, dep. Maurício Quintella Lessa, encaminho o Of. N° 8/14, pelo qual a Comissão solicita informações à Procuradoria da República no Rio de Janeiro.

Simultaneamente, será providenciada a remessa da documentação original.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Respeitosamente,

Regina P. Games
Secretária-Executiva de Comissão
Câmara dos Deputados, Anexo II, sala 165-B
Tel.: (61) 3216-6232 / (61) 99818868

URGENTE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
Coordenadoria Jurídica

arquivado.
PR-RJ-00026457/2014.

Ref: Ofício nº 008/14-P da Câmara dos Deputados

Ref. SBM Offshore e Petrobras

CERTIDÃO nº 395/2014

Certifico, de ordem da Coordenadora Jurídica, Priscylla Reis Ferreira, que foi realizada pesquisa no sistema Único, na data de 15/04/2014, atendendo ao solicitado no Ofício supra referido, tendo como parâmetros: **SBM Offshore e Petrobras**, sendo localizados os seguintes procedimentos, conforme extratos anexos:

- **PIC 1.30.001.000837/2014-68**, localizado no Gabinete do Dr. Renato Silva de Oliveira, em substituição ao Dr. Guilherme G. Raposo;
- **NF 1.30.001.001111/2014-42**, localizada na 5ª CCR, com Promoção de Declínio de Atribuição para o Ministério Público Estadual, exarada pelo Dr. Carlos Alberto Bermond Natal;
- **NF 1.30.001.001112/2014-97**, aguardando recebimento no Gabinete da Drª Ana Cristina B. Lins, em substituição ao Dr. Alexandre R. Chaves.


Jacqueline S. Beserra
Secretária da Cojud



Etiqueta	Documento	Resumo	Localização	Partes
1.30.001.000837/2014-68	1.30.001.000837/2014-68	POSSIVEL PRATICA DE ILICITOS PENAIIS POR FUNCIONARIOS DA PETROBRÁS OU AGENTES PÚBLICOS EM GERAL, CONTRA O PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO BNDES E DE INVESTIDORES DO MERCADO QUE DETENHAM AÇÕES DA PETROBRÁS, POR POSSÍVEL RECEBIMENTO DE PROPINAS PAGAS PELA EMPRESA HOLANDESA SBM OFFSHORE, ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2011, COM O FIM DE OBTER CONTRATOS JUNTO À ESTATAL.	PR-RJ/GABPR30-RSO - RENATO SILVA DE OLIVEIRA	SBM OFFSHORE / EMPRESA HOLANDESA - REPRESENTADO
1.30.001.001111/2014-42	1.30.001.001111/2014-42	REPRESENTAÇÃO DO DEPUTADO FEDERAL ANTONIO IMBASSAHY RELATIVA À PETROBRÁS E À EMPRESA HOLANDESA SBM OFFSHORE N.V. - EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.	PGR/5A.CAM - 5A.CAMARA DE COORDENACAO E REVISAO	SBM OFFSHORE / EMPRESA HOLANDESA - REPRESENTADO
1.30.001.001112/2014-97	1.30.001.001112/2014-97	REPRESENTAÇÃO DO DEPUTADO FEDERAL ANTONIO IMBASSAHY RELATIVA À PETROBRÁS E À EMPRESA HOLANDESA SBM OFFSHORE N.V. - EVENTUAIS PREJUÍZOS A INVESTIDORES.	PR-RJ/GABPR16-ACBL - ANA CRISTINA BANDEIRA LINS	SBM OFFSHORE / EMPRESA HOLANDESA - REPRESENTADO



PROCURADORIA DA REPUBLICA - RIO DE JANEIRO
Usuário: JACQUELINE BESERRA
Único

Setor:
COJUD/PI

Extrato de Auto Administrativo

Data: 15/04/2014

Procedimento Investigatório Criminal - PIC - 1.30.001.000837/2014-68 - CRIMINAL

Resumo: POSSÍVEL PRÁTICA DE ILÍCITOS PENAIIS POR FUNCIONÁRIOS DA PETROBRÁS OU AGENTES PÚBLICOS EM GERAL, CONTRA O PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO BNDES E DE INVESTIDORES DO MERCADO QUE DETENHAM AÇÕES DA PETROBRÁS, POR POSSÍVEL RECEBIMENTO DE PROPINAS PAGAS PELA EMPRESA HOLANDESA SBM OFFSHORE, ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2011, COM O FIM DE OBTENHA CONTRATOS JUNTO À ESTATAL.

Câmara/Tema/Subtema: 2ª Câmara - Criminal e Controle Externo da Atividade Policial
DIREITO PENAL

Distribuição: PR-RJ - 26/02/2014 - 56º OFÍCIO (GUILHERME GUEDES)

Localização: 14/03/2014 - PR-RJ/GABPR30-RSO - RENATO SILVA DE OLIVEIRA

Partes:
REPRESENTANTE - ANTONIO IMBASSAHY
REPRESENTADO - JULIO FAERMAN
REPRESENTADO - BRUNO CHABAS
REPRESENTADO - JF OILDRIVE CONSULTORIA EM ENERGIA E PETRÓLEO
REPRESENTADO - SBM OFFSHORE / EMPRESA HOLANDESA
REPRESENTADO - JOURNEY ADVISORS
REPRESENTADO - HADES PRODUCTION
INTERESSADO - PGR/GABPGR - RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
REPRESENTADO - BIENFAIRE JANDELL
REPRESENTADO - FAERCOM ENERGIA
INTERESSADO - PETRÓLEO BRASILEIRO S/A. - PETROBRAS

Total de 1 documento(s).

Relatório gerado em 15/04/2014 12:51



PROCURADORIA DA REPUBLICA - RIO DE JANEIRO
 Usuário: JACQUELINE BESERRA
 Único

Setor:
 COJUD/PI

Extrato de Auto Administrativo

Data: 15/04/2014

Notícia de Fato - NF - 1.30.001.001112/2014-97 - CÍVEL - TUTELA COLETIVA

Resumo: REPRESENTAÇÃO DO DEPUTADO FEDERAL ANTONIO IMBASSAHY RELATIVA À PETROBRÁS E À EMPRESA HOLANDESA. SBM OFFSHORE N.V. - EVENTUAIS PREJUÍZOS A INVESTIDORES.

Câmara/Tema/Subtema: 5ª Câmara - Patrimônio Público e Social
 Improbidade Administrativa

Distribuição: PR-RJ - 08/04/2014 - 40º OFÍCIO (ALEXANDRE CHAVES)

Localização: 14/04/2014 - PR-RJ/GABPR16-ACBL - ANA CRISTINA BANDEIRA LINS - Aguardando recebimento

Partes: ORIGINADOR - RENATO SILVA DE OLIVEIRA
 REPRESENTADO - SBM OFFSHORE / EMPRESA HOLANDESA
 REPRESENTADO - PETROBRAS

Total de 1 documento(s).

Relatório gerado em 15/04/2014 12:51



PROCURADORIA DA REPUBLICA - RIO DE JANEIRO
 Usuário: JACQUELINE BESERRA
 Único

Setor:
 COJUD/PI

Extrato de Auto Administrativo

Data: 15/04/2014

Notícia de Fato - NF - 1.30.001.001111/2014-42 - CÍVEL - TUTELA COLETIVA

Resumo: REPRESENTAÇÃO DO DEPUTADO FEDERAL ANTONIO IMBASSAHY RELATIVA À PETROBRÁS E À EMPRESA HOLANDESA SBM OFFSHORE N.V. - EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

Câmara/Tema/Subtema: 5ª Câmara - Patrimônio Público e Social
 Improbidade Administrativa

Distribuição: PR-RJ - Encerrada em 08/04/2014 - 33º OFÍCIO (CARLOS NATAL)

Localização: PGR/5A.CAM - 5A.CAMARA DE COORDENACAO E REVISAO

Partes:
 - ORIGINADOR - RENATO SILVA DE OLIVEIRA
 REPRESENTANTE - ANTONIO IMBASSAHY
 REPRESENTADO - SBM OFFSHORE / EMPRESA HOLANDESA
 REPRESENTADO - PETROBRAS

Total de 1 documento(s).

Relatório gerado em 15/04/2014 12:17

Mensagem da Chefia de Gabinete - RESPOSTA OF. 008/14-P, de 10/04/2014

De: Mensagem da Chefia de Gabinete
Para: cex.petro@camara.leg.br
Data: 15/04/2014 19:34
Assunto: RESPOSTA OF. 008/14-P, de 10/04/2014
Anexos: DECLAA03.PDF

Exmº Sr. Deputado Federal
MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
Coordenador da Comissão Externa - PR-AL

Cumprimentando V. Exa, encaminho o Ofício 5370/2014-MPF/PR/RJ/GABPC, de 15/04/2014, em resposta ao Ofício nº 008/14-P, de 10 de abril de 2014.

Agradeceria a gentileza da confirmação do recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

Rivailma
Assessora GABPC

telefone: 21-3971-9304



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Avenida Anita Garibaldi, nº 888, 2º andar, Bairro Ahú - Curitiba/PR - CEP 80540-180 - Fone: (41)3210-1681; Fone/Fax: (41)3210-1680 e 3210-1682 - Página: www.jfpr.jus.br - Email: prectb13dir@jfpr.jus.br

Curitiba/PR, 30 de abril de 2014.

Ofício n.º 8266945

PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL Nº 5001446-62.2014.404.7000/PR

Ref.: Oitiva do acusado Paulo Roberto Costa
Resposta ao Ofício 11/14-P

Senhor Deputado,

Relativamente à solicitação constante no aludido ofício, acerca da oitiva de Paulo Roberto Costa, preso por este Juízo, pela Comissão Externa constituída na Câmara dos Deputados para acompanhar investigações relativas à Petrobras S/A, venho informar o que segue.

Este Juízo pode disponibilizar sala na Justiça Federal compatível com o ato para a data do próximo dia 22/05/2014, a partir das 14:00.

Estando Paulo Costa preso por ordem deste Juízo, pode igualmente requisitar a apresentação dele na referida data.

Entretanto, não pode o Juízo intimar Paulo a comparecer, nem obrigá-lo a depor perante a Comissão. Assim, a realização do ato fica dependente, como adiantado por telefone, dos eventuais poderes da Comissão para intimar Paulo a comparecer ou da prévia aceitação por ele do convite para depor.

Assim, solicito que, oportunamente e com antecedência, V.Exª informe a este Juízo acerca intimação ou aceitação do convite por Paulo Roberto Costa, e seus defensores, para o depoimento, quando então serão tomadas as providências necessárias por este Juízo para requisitar a apresentação do preso.

Fico à disposição para eventuais esclarecimentos.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Cordiais saudações,



Documento eletrônico assinado por **Sergio Fernando Moro, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.jfpr.jus.br/gedpro/verifica/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **8266945v2** e, se solicitado, do código CRC **9CCF80C2**.

Ao
Exmo. Sr.
Deputado Federal Maurício Quintella Lessa
Coordenador da Comissão Externa destinada a acompanhar as investigações
sobre suborno na Petrobrás
Câmara dos Deputados
Brasília - DF

Comissão Externa Investigações sobre a SBM Offshore e a Petrobras

De: 13ª Vara Federal de Curitiba <prctb13dir@jfpr.jus.br>
Enviado em: quarta-feira, 30 de abril de 2014 16:31
Para: Comissão Externa Investigações sobre a SBM Offshore e a Petrobras
Assunto: Re: Solcitação de autorização para realização de oitiva.
Anexos: GED_8266945.pdf

Prioridade: Alta

Prezada Regina,
Por ordem do MM. Juiz Federal, e em atenção à expediente anteriormente encaminhado a este Juízo, envio
ofício em anexo.

Atenciosamente,

Flávia Cecília Maceno Blanco
Diretora de Secretaria

13ª Vara Federal de Curitiba

fone 41 3210-1680

----- Mensagem original -----

De: Comissão Externa Investigações sobre a SBM Offshore e a Petrobras <cex.petro@camara.leg.br>
Para: prctb13dir@jfpr.jus.br
Enviadas: Fri, 25 Apr 2014 11:09:09 -0300 (BRT)
Assunto: Solcitação de autorização para realização de oitiva.

Meretíssimo Sr. Juiz Sérgio Fernando Moro,

De ordem do Coordenador desta Comissão, Deputado Maurício Quintella Lessa, encaminho,
para apreciação de V. Exa. o Ofício Nº 11/14-P, o qual solicita autorização para oitiva do Sr.
Paulo Roberto Costa, bem como do Requerimento 14/14, aprovado pela Comissão.

Respeitosamente,

Regina P. Games

Secretária-Executiva de Comissão

Comissão Externa Investigações sobre SBM Offshore e Petrobras

Câmara dos Deputados, Anexo II, Sala 165-B, pavimento superior

70.160-900 – Brasília-DF

Tel.: (61) 32166232 / (61) 99818868

Comissão Externa Investigações sobre a SBM Offshore e a Petrobras

De: 13ª Vara Federal de Curitiba <prctb13dir@jfpr.jus.br>
Enviado em: quarta-feira, 30 de abril de 2014 16:31
Para: Comissão Externa Investigações sobre a SBM Offshore e a Petrobras
Assunto: Re: Solcitação de autorização para realização de oitiva.
Anexos: GED_8266945.pdf

Prioridade: Alta

Prezada Regina,
Por ordem do MM. Juiz Federal, e em atenção à expediente anteriormente encaminhado a este Juízo, envio
ofício em anexo.

Atenciosamente,

Flávia Cecília Maceno Blanco
Diretora de Secretaria

13ª Vara Federal de Curitiba

fone 41 3210-1680

----- Mensagem original -----

De: Comissão Externa Investigações sobre a SBM Offshore e a Petrobras <cex.petro@camara.leg.br>
Para: prctb13dir@jfpr.jus.br
Enviadas: Fri, 25 Apr 2014 11:09:09 -0300 (BRT)
Assunto: Solcitação de autorização para realização de oitiva.

Meretíssimo Sr. Juiz Sérgio Fernando Moro,

De ordem do Coordenador desta Comissão, Deputado Maurício Quintella Lessa, encaminho,
para apreciação de V. Exa. o Ofício Nº 11/14-P, o qual solicita autorização para oitiva do Sr.
Paulo Roberto Costa, bem como do Requerimento 14/14, aprovado pela Comissão.

Respeitosamente,

Regina P. Games

Secretária-Executiva de Comissão



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
Av. Nilo Peçanha, 31, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20.020-100 – Tel (21) 3971-9300
www.prrj.mpf.gov.br – secproc_rso@prrj.mpf.gov.br

Ofício nº 5662 /2014 MPF/PR/RJ/RSO

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2014.

**Ao Excelentíssimo Senhor
MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
Deputado Federal
Câmara dos Deputados
Brasília/DF**

Assunto: Comissão externa da Câmara dos Deputados – SBM
Offshore

Referência(s): - v. Ofício 08/14-P

Anexos (cópias): 1) Certidão nº 395/2014 da Coordenadoria Jurídica da Procuradoria da República no Rio de Janeiro;

2) Despacho de autoria do signatário relativo à Notícia de Fato MPR/PR/RJ;

3) principais peças do procedimento investigatório criminal MPF/PR/RJ 1.30.001.000837/2014-68

Sr. Deputado Federal,

Cumprimentando-o, o Ministério Público Federal se reporta a v. Ofício em referência, expedido no âmbito da "Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo *Openbaar Ministerie*, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno".

O Ofício deriva de aprovação do "Requerimento nº 6/14, que solicita informações ao Ministério Público Federal no Rio de Janeiro sobre suas ações referentes às operações e procedimentos no



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO**

Av. Nilo Peçanha, 31, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20.020-100 – Tel (21) 3971-9300
www.prrj.mpf.gov.br – secproc_rso@prrij.mpf.gov.br


Brasil da Empresa SBM Offshore e a Petrobras, objeto das investigações do *Openbaar Ministerie* da Holanda”.

Ao ensejo, além de encaminhar os documentos em anexo, o MPF aduz que a Petrobras S.A. instalou uma Comissão Interna de Apuração que, como noticiado, não encontrou indícios de recebimento de pagamentos indevidos por empregados daquela empresa. Da mesma forma, embora aparentemente convicta do vazamento de documentos confidenciais, não encontrou indícios de autoria quanto a esse fato.

A Petrobras, se já não o fez, decerto encaminhará a essa Comissão Externa da Câmara dos Deputados uma via original do relatório final e anexos. Por ora, o MPF deixa de encaminhar cópia (que seria em preto e branco por indisponibilidade de impressora colorida), por acreditar que Vs. Exas. já tenham recebido o alentado material produzido pela Petrobras.

O procedimento investigatório criminal MPF/PR/RJ 1.30.001.000837/2014-68 continua em andamento, ainda dentro do seu prazo inicial de 90 dias, sendo previsível que se terá de prorrogá-lo, e provável que não se encerre neste ano, pela complexidade dos fatos investigados, com vultosas operações entre Petrobras e SBM, assim como pela necessidade de cooperação jurídica internacional e, eventualmente, obtenção e análise de movimentação financeira, com autorização judicial.

Atenciosamente,


RENATO SILVA DE OLIVEIRA
Procurador da República



URGENTE

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
Coordenadoria Jurídica

PR-RJ-00026457/2014.

Ref: Ofício nº 008/14-P da Câmara dos Deputados

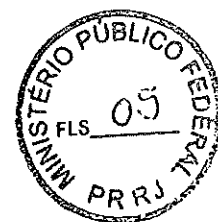
Ref. SBM Offshore e Petrobras

CERTIDÃO nº 395/2014

Certifico, de ordem da Coordenadora Jurídica, Priscylla Reis Ferreira, que foi realizada pesquisa no sistema Único, na data de 15/04/2014, atendendo ao solicitado no Ofício supra referido, tendo como parâmetros: **SBM Offshore e Petrobras**, sendo localizados os seguintes procedimentos, conforme extratos anexos:

- **PIC 1.30.001.000837/2014-68**, localizado no Gabinete do Dr. Renato Silva de Oliveira, em substituição ao Dr. Guilherme G. Raposo;
- **NF 1.30.001.001111/2014-42**, localizada na 5ª CCR, com Promoção de Declínio de Atribuição para o Ministério Público Estadual, exarada pelo Dr. Carlos Alberto Bermond Natal;
- **NF 1.30.001.001112/2014-97**, aguardando recebimento no Gabinete da Drª Ana Cristina B. Lins, em substituição ao Dr. Alexandre R. Chaves.

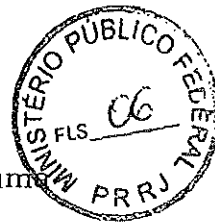

Jacqueline S. Beserra
Secretária da Cojud

14/102/2014**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**

ANTONIO IMBASSAHY, cidadão brasileiro, deputado federal, Líder do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, inscrito no CPF nº 023.729.675-68, portador da Carteira de Identidade nº 606343 SSP/BA, com endereço profissional na Câmara dos Deputados, Edifício Principal, Ala B, Sala 15, e no Anexo IV, Gabinete 810, Brasília, DF, vem, com fundamento no art. 5º, alínea “a”, do inciso XXXIV, e no art. 129, I, III e VIII, da Constituição Federal, no art. 14 da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992, e no art. 1º, da Lei 7.913, de 1989, solicitar a Vossa Excelência a adoção de providências no sentido de investigar eventuais práticas ilícitas de peculato, concussão, gestão fraudulenta e fraudes contra o patrimônio da União Federal, do BNDES e dos acionistas minoritários da Petrobrás, com base nos fatos e fundamentos a seguir narrados.

FATOS**a) A empresa e o patrimônio da Petrobrás**

A Petrobrás, sociedade de economia mista regulada pela Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, é uma empresa de capital aberto, cujo controle acionário, no entanto, pertence à União Federal, que detém, no



mínimo, cinquenta por cento das ações do capital votante, mais uma (art. 62, caput, da Lei 9.478/97).

As demais ações são ordinárias ou preferenciais, negociadas como valores mobiliários sob supervisão da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Sendo assim, a empresa administra valores cujos titulares são a União Federal e os particulares ou empresas que adquirem suas ações no respectivo mercado.

b) A SBM Offshore e seus contratos com a Petrobras

A SBM Offshore é uma empresa holandesa do setor de processamento de Petróleo e Gás.

Segundo o próprio site da companhia, a SBM é uma “pioneira no desenvolvimento de Unidades Flutuantes de Armazenamento e Transferência” (FPSO, em inglês, para floating production, storage and offloading)¹ usadas no processamento e armazenamento de petróleo em alto-mar, como é o caso da exploração da camada do Pré-Sal.

Embora alegue não ter obtido informações sobre os valores dos contratos entre as duas empresas nem com a Petrobrás nem com a SBM, a reportagem informa que a SBM Offshore tem, atualmente, “nove contratos de construção e posterior aluguel de plataformas assinados com a Petrobras”, sozinha ou com sócios.

Algumas plataformas “já estão conectadas a campos gigantes no pré-sal de Santos, como Lula Nordeste (Cidade de Paraty) e Baleia Azul (Cidade de Anchieta) e outras estão em construção”.

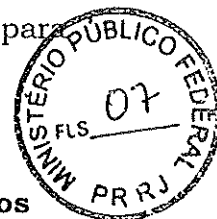
Além disso, há plataformas instaladas na Bacia de Campos, como “Roncador, Cachalote, Baleia Azul, Marlim Azul e Jubarte, na Bacia de Campos”.

Há outra plataforma que está “em construção no estaleiro Brasa, em Niterói, e vai para o campo de Sapinhoá (antigo Guará)”.

Duas plataformas estariam em construção na China, para serem instaladas no campo de Lula, as plataformas “Cidade de Maricá e Cidade de Saquarema”.

¹ <http://www.sbmoffshore.com/what-we-do/our-products/fps/>

Um material de propaganda da SBM Offshore, voltado para a divulgação de suas operações no Brasil, informa que



c) A denúncia do pagamento de propina em troca de contratos

No dia 13 de fevereiro de 2014 o jornal "Valor Econômico" publicou uma matéria em que informava que a Petrobrás poderia estar envolvida em um possível caso de pagamento de propinas conduzido pela empresa holandesa SBM Offshore.

As propinas teriam sido pagas entre 2005 e 2011, segundo a reportagem, e seriam destinadas a "intermediários" e a "funcionários da Petrobrás", com o fim de "obter contratos junto à estatal".

Os valores pagos pela SBM Offshore no caso envolvendo a Petrobrás podem ter chegado a US\$ 139 milhões, ainda segundo a reportagem.

As informações publicadas pela reportagem foram baseadas em uma denúncia supostamente formuladas por um ex-funcionário da empresa:

A holandesa SBM Offshore, que aluga plataformas flutuantes a companhias petrolíferas, entre as quais a Petrobras, está sob investigação de autoridades da Holanda, Inglaterra e do Departamento de Justiça dos Estados Unidos desde 2012, por supostos pagamentos de suborno a empresas, inclusive estatais, e autoridades na Guiné Equatorial, Angola, Malásia, Cazaquistão, Itália, Iraque e Brasil. Sediada na Holanda, a SBM tem operações em Mônaco e Estados Unidos e é proprietária de uma das maiores frotas de plataformas flutuantes de produção, armazenamento e transferência (FPSO) do mundo.

Detalhes da investigação se tornaram públicos a partir de denúncias de um ex-funcionário da SBM, publicadas no Wikipedia no ano passado. Segundo o ex-funcionário, entre 2005 e 2011 a SBM pagou US\$ 250 milhões em subornos, dos quais mais da metade, precisamente US\$ 139 milhões, teriam sido desembolsados por meio de "comissões" a intermediários e a funcionários da Petrobras, para obter contratos junto à estatal. A SBM tem participação majoritária em nove plataformas atualmente alugadas ou encomendadas pela estatal.

As denúncias foram publicadas na Wikipedia em inglês, mas foram removidas. Hoje, elas só estão acessíveis na aba de



navegação "view history", através do link de edição do dia 18 de outubro de 2013² (ANEXO).

d) O modus operandi da SBM em relação à Petrobrás, segundo o jornal

Os pagamentos eram feitos a "intermediários", os quais, então, pagavam uma parte da propina a funcionários da Petrobrás, conforme o texto da reportagem:

"Segundo a denúncia, os pagamentos teriam sido feitos por intermédio do representante comercial da SBM no Brasil, Julio Faerman, e empresas ligadas a ele, entre elas a Faercom Energia Ltd., JF Oildrive Consultoria em Energia e Petróleo, Bienfaire, Jandell, Journey Advisors e Hades Production Inc. Das 'comissões' (sempre mencionadas entre aspas) de 3% pagas a Julio Faerman (ou JF), 1% seria destinado a ele e suas empresas e '2% a funcionários da Petrobras'."

Na linguagem da companhia, "intermediários" seriam "agentes de vendas"³.

A denúncia que serviu de base para a reportagem ainda informa que uma auditoria interna montada pela própria SBM Offshore teria obtido documentos que detalham os pagamentos e que um ex-diretor da empresa teria confirmado que os valores eram divididos na forma acima referida:

O ex-funcionário da SBM faz menção a documentos obtidos pela auditoria interna da companhia detalhando os pagamentos e acusa vários escalões da SBM de tentar acobertar evidências dos crimes.

Ele afirma que em março de 2012, em entrevista com uma pessoa identificada como HT (a inicial remete a Hanny Tagher, que seria um ex-diretor de marketing e vendas da SBM), foram dadas explicações a respeito de um documento que alterava o contrato de 2 de Julho 1999 e assinado em 7 fevereiro de 2007 com a Faercom Energia.

Segundo a denúncia, nessa entrevista, HT teria "confirmado que na divisão da comissão de 3%, 1% [seria] para JF (Julio Faerman) e 2% para os funcionários da Petrobras". A menção anterior a Hanny Tagher (HT na denúncia) é que ele seria controlador de uma empresa nas Ilhas Virgens Britânicas por meio da qual teriam sido pagos subornos na Guiné Equatorial. (destacamos)

² Link para visualização http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=SBM_Offshore&oldid=577742341

³ "Sales agents", em inglês. Ver documento em anexo.

Em relação aos destinatários da propina, a reportagem informa que a denúncia não descartava que o dinheiro pudesse estar sendo usado com o objetivo de financiar partidos políticos:



Em um trecho da denúncia, o ex-funcionário descreve uma conversa que teria tido com o presidente da SBM, Bruno Chabas (identificado como BC), em que ele teria dito, sobre os pagamentos a Faerman, que não era possível excluir a possibilidade de os pagamentos no Brasil terem tido como objetivo financiar partidos políticos. O Valor não conseguiu entrar em contato com Julio Faerman. (destacamos)

e) Posição da empresa SBM Offshore

A divulgação da notícia de que a companhia poderia estar envolvida num caso de pagamento de propinas que poderia chegar a US\$ 139 milhões apenas no Brasil, US\$ 250 milhões no mundo, provocaram uma reação da empresa, aparentemente com o intuito de recuperar credibilidade.

Segundo a própria empresa⁴, eles teriam iniciado uma cooperação voluntária com o Ministério Público Holandês e com o Departamento de Justiça Norte-Americano em 2012. Também teria sido criadas a posição de “Chefe de Governança e Conformidade Legal”⁵, com o objetivo de “operar de forma transparente”.

Em um comunicado do dia 10 de janeiro de 2014, a SBM Offshore publicou um histórico das denúncias e investigações.

Segundo esse histórico, em 10 de abril de 2012, a companhia soube de certas práticas de vendas, envolvendo terceiros, que poderiam ser impróprias, e iniciou uma investigação interna, além de informar às autoridades.

Em 28 de março de 2013, a companhia publicou uma prévia das investigações internas, informando que “existem indicações que pagamentos substanciais foram feitos, principalmente através de intermediários, aparentemente com a intenção de destiná-los a agentes públicos”⁶. A empresa também afirmou que as investigações sugeriram

⁴ Ver comunicado oficial da empresa em <http://www.sbmoffshore.com/?press-release=facts-summary-investigation-2>

⁵ Tradução livre.

⁶ No original em inglês:

“March 28, 2013

- Press release issued to provide update on the internal investigation. The Company stated the following:



que alguns “pagamentos impróprios” podem ter sido feitos a países fora da África, mas sen. que, até aquela data, houvesse informações conclusivas.

Finalmente, em 7 de fevereiro de 2014, a companhia informou que as investigações passaram a focar em dois países africanos e um país fora da África, não nomeado pela empresa⁷.

A empresa, portanto, nunca negou que houve pagamento de propinas.

DIREITO

Embora as informações disponíveis até aqui não sejam conclusivas, há fortes indícios de que a SBM Offshore pode ter pagado propina a funcionários da Petrobras com o fim de obter facilidades na obtenção de contratos.

Esses indícios apontam para possíveis fraudes em contratos e gestão temerária ou fraudulenta por funcionários da Petrobras, entre 2005 e 2011, podendo configurar ilícitos penais e civis.

Em razão da procedência dos valores financeiros com os quais opera a Petrobras, a possível fraude pode ter causado prejuízos à União Federal, ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e aos acionistas minoritários da própria Petrobras.

a) Patrimônio da União Federal

Em relação ao impacto que as fraudes podem ter sobre o patrimônio da União Federal, pode ter havido o cometimento de crime contra a Administração Pública, como o peculato ou a concussão, 316, do Código Penal.

Além disso, pode ter havido a prática de ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 9º, II, e 10, V, da Lei 8.429/92.

Em ambos os casos, o Ministério Público é a instituição competente para investigar os fatos e tomar as medidas cabíveis.

b) Patrimônio do BNDES

- “there are indications that substantial payments were made, mostly through inter-mediararies, which appear to have been intended for government officials.” Disponível em <http://www.sbmoffshore.com/?press-release=facts-summary-investigation-2>

⁷ Disponível em <http://www.sbmoffshore.com/?press-release=facts-summary-investigation-2>



Dada a natureza de instituição financeira do BNDES, o prejuízo que pode ter sido causado pela Petrobras ao banco pode enquadrar-se como crime de gestão fraudulenta ou gestão temerária, nos termos da Lei 7.492/86.

Em função da natureza criminal do possível ato, compete ao Ministério Público investigar a veracidade dos fatos e tomar as providências cabíveis, nos termos do art. 129, I, da Constituição Federal.

c) Investidores no mercado mobiliário

Ante a natureza de empresa de capital aberto da Petrobras, suas operações fraudulentas ou temerárias têm impacto sobre os titulares de valores mobiliários ou investidores do mercado.

Os prejuízos causados a esses investidores devem ser investigados pelo Ministério Público, seja para impedir o dano, seja para obter o ressarcimento, nos termos do art. 1º, caput, da Lei 7.913, de 1989.

As operações em que a Petrobras pode estar envolvida, segundo a denúncia publicada pelo jornal "Valor Econômico", podem configurar os ilícitos previstos nos incisos I, II, e III, do art. 1º, da Lei 7.913/89.

Diante disso, o Ministério Público deve exercer sua função de defensor dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos e abrir inquérito civil para averiguar as denúncias aqui narradas e, ao fim, se assim entender, propor ação civil pública em defesa dos pequenos investidores que sejam titulares de ações da Petrobras.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, com base no art. 14, da Lei 8.429, de 1992, no art. 1º, da Lei 7.913/89, e no art. 129, I, III e IX, da Constituição Federal, requeremos a Vossa Excelência que dê início aos seguintes procedimentos de investigação:

- a) Inquérito criminal para investigar o possível cometimento dos crimes de peculato, concussão e gestão fraudulenta ou temerária por funcionários da Petrobras ou agentes públicos em geral, contra o patrimônio da União e do BNDES, nos termos dos art. 312 e 316 do Código Penal, e da Lei 7.492/86, em razão dos fatos acima narrados;

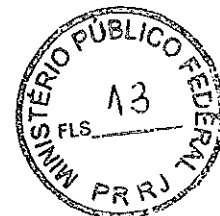
- b) Inquérito civil para apurar a eventual prática de ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito e prejuízo ao patrimônio público, nos termos dos art. 9º e 10º, da Lei 8.429/92, por funcionários da Petrobras em função dos fatos aqui narrados;
- c) Inquérito civil para apurar a eventual prática de ilícitos contra investidores do mercado que detenham ações da Petrobras, nos termos do art. 1º, caput e incisos, da Lei 7.913/89, porquanto configurar prejuízo aos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos desses investidores.

Brasília, 13 de fevereiro de 2014.

Atenciosamente,




Deputado Antonio Imbassahy
Líder do PSDB na Câmara dos Deputados



ANEXO

Investigação de suborno da SBM inclui Petrobras

Notícia Valor Econômico – 13 de fevereiro de 2013

A holandesa SBM Offshore, que aluga plataformas flutuantes a companhias petrolíferas, entre as quais a Petrobras, está sob investigação de autoridades da Holanda, Inglaterra e do Departamento de Justiça dos Estados Unidos desde 2012, por supostos pagamentos de suborno a empresas, inclusive estatais, e autoridades na Guiné Equatorial, Angola, Malásia, Cazaquistão, Itália, Iraque e Brasil. Sedada na Holanda, a SBM tem operações em Mônaco e Estados Unidos e é proprietária de uma das maiores frotas de plataformas flutuantes de produção, armazenamento e transferência (FPSO) do mundo.

Detalhes da investigação se tornaram públicos a partir de denúncias de um ex-funcionário da SBM, publicadas no Wikipedia no ano passado. Segundo o ex-funcionário, entre 2005 e 2011 a SBM pagou US\$ 250 milhões em subornos, dos quais mais da metade, precisamente US\$ 139 milhões, teriam sido desembolsados por meio de "comissões" a intermediários e a funcionários da Petrobras, para obter contratos junto à estatal. A SBM tem participação majoritária em nove plataformas atualmente alugadas ou encomendadas pela estatal.

Segundo a denúncia, os pagamentos teriam sido feitos por intermédio do representante comercial da SBM no Brasil, Julio Faerman, e empresas ligadas a ele, entre elas a Faercom Energia Ltd., JF Oildrive Consultoria em Energia Petróleo, Bienfaire, Jandell, Journey Advisors e Hades Production Inc. Das "comissões" (sempre mencionadas entre aspas) de 3% pagas a Julio Faerman (ou JF), 1% seria destinado a ele e suas empresas e "2% a funcionários da Petrobras". Não são informados nomes.

Em um trecho da denúncia, o ex-funcionário descreve uma conversa que teria tido com o presidente da SBM, Bruno Chabas (identificado como BC), em que ele teria dito, sobre os pagamentos a Faerman, que não era possível excluir a possibilidade de os pagamentos no Brasil terem tido como objetivo financiar partidos políticos. O **Valor** não conseguiu entrar em contato com Julio Faerman.

Procurada pelo **Valor**, a Petrobras respondeu que não comentaria o caso. Também procurado, José Sergio Gabrielli, atual secretário de Planejamento da Bahia e que presidiu a estatal na época dos fatos alegados, disse por meio de sua assessoria que não iria se manifestar sobre este assunto.

Nem a Petrobras nem a SBM informaram o valor dos contratos entre as duas empresas atualmente em vigor. No seu último balanço, a SBM informa que tem portfólio de encomendas de US\$ 23 bilhões, incluindo as plataformas Cidade de Paraty, Cidade de Maricá e Cidade de Saquarema, em construção para a estatal brasileira.

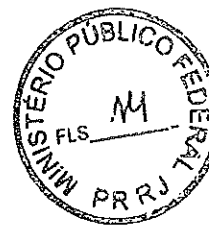
O ex-funcionário da SBM faz menção a documentos obtidos pela auditoria interna da companhia detalhando os pagamentos e acusa vários escalões da SBM de tentar acobertar evidências dos crimes.

Ele afirma que em março de 2012, em entrevista com uma pessoa identificada como HT (a inicial remete a Hanny Tagher, que seria um ex-diretor de marketing e vendas da SBM), foram dadas explicações a respeito de um documento que alterava o contrato de 2 de Julho 1999 e assinado em 7 fevereiro de 2007 com a Faercom Energia.

Segundo a denúncia, nessa entrevista, HT teria "confirmado que na divisão da comissão de 3%, 1% [seria] para JF (Julio Faerman) e 2% para os funcionários da Petrobras". A menção anterior a Hanny Tagher (HT na denúncia) é que ele seria controlador de uma empresa nas Ilhas Virgens Britânicas por meio da qual teriam sido pagos subornos na Guiné Equatorial.

Procurada pelo **Valor** em Mônaco, a assessoria da SBM Offshore respondeu por email que a investigação ainda está em andamento e, portanto, a companhia não tem informações adicionais às que foram fornecidas nos dias 7 e 10 de fevereiro. Na primeira nota afirma que foi vítima de extorsão pelo ex-funcionário antes da primeira publicação das denúncias na internet, em 18 de outubro de 2013. E que um representante do ex-funcionário, que deixou a empresa em junho de 2012, teria cobrado € 3 milhões para que as informações não fossem reveladas.

A SBM informa ter tomado conhecimento em abril de 2012 de "certas práticas comerciais envolvendo terceiros que podem ter sido indevidas". Iniciou uma investigação interna e informou os fatos às autoridades competentes. Foram contratados advogados externos e contadores que se reportavam a Sietze Hepkema, que assumiu a chefia do Conselho de Administração de Governança e Compliance (CGCO), criado naquele ano. A nota da companhia publicada no dia 10 menciona que, em março de 2013, a SBM informou ao mercado ter identificado "indícios de que pagamentos substanciais foram feitos, principalmente por meio de intermediários, que parecem ter sido destinados a funcionários de governos". E que, "no curso da investigação, foram feitas alegações de



pagamentos indevidos em países fora da África, mas, até o momento, nenhuma prova conclusiva de tais alegações foi estabelecida."

A SBM informa ainda que foram identificadas práticas comerciais "potencialmente impróprias em certos países africanos no período de 2007 até 2011 que estão sendo investigadas a fim de determinar se esses supostos pagamentos violaram as leis anti-corrupção". A nota da SBM se preserva afirmando ainda que, quando cita "intermediários, se refere a agentes de vendas" e que não existem indicação de que os pagamentos, se tiverem sido feitos, foram feitos a funcionários de governos. Ao admitir a investigação de "práticas comerciais potencialmente impróprias", a companhia nunca mencionou o Brasil, dizendo apenas que elas ocorrem em "dois países da África" e em um país "fora da África".

A SBM Offshore teve receitas de US\$ 4,8 bilhões em 2013 e o valor de mercado da companhia é de US\$ 3,3 bilhões. Desde o início do ano, as ações da companhia caíram 20,34%, grande parte resultado das investigações na Europa e Estados Unidos.

Sozinha ou com sócios, a SBM tem atualmente nove contratos de construção e posterior aluguel de plataformas assinados com a Petrobras. Algumas já estão conectadas a campos gigantes no pré-sal de Santos, como Lula Nordeste (Cidade de Paraty) e Baleia Azul (Cidade de Anchieta) e outras estão em construção. Unidades estão instaladas nos campos de Roncador, Cachalote, Baleia Azul, Marlim Sul e Jubarte, na Bacia de Campos. Outra plataforma, a Cidade de Ilhabela, está em construção no estaleiro Brasa, em Niterói, e vai para o campo de Sapinhoá (antigo Guará).

No ano passado, a empresa holandesa assinou, junto com sócios, os contratos para construção das plataformas Cidade de Maricá e Cidade de Saquarema, que estão em fase inicial de construção na China e serão instaladas no campo de Lula. A Petrobras tem sócios não operadores nesses campos, como a inglesa BG, a sino espanhola Repsol Sinopec e a portuguesa Petrogal. As investigações judiciais sobre as práticas comerciais da companhia holandesa podem ter efeito sobre essas petroleiras, já que nas leis anti-corrupção dos países sede dessas empresas, os sócios têm responsabilidade objetiva sobre esses pagamentos.



SBM Offshore

From Wikipedia, the free encyclopedia

This is an old revision of this page, as edited by 94.197.121.220 (talk) at 18:05, 18 October 2013. It may differ significantly from the current revision ([//en.wikipedia.org/wiki/SBM_Offshore](http://en.wikipedia.org/wiki/SBM_Offshore)).

(diff) ← Previous revision | Latest revision (diff) | Newer revision → (diff)

SBM Offshore N.V. (IHC Caland N.V. prior to July 2005) is a Dutch-based global group of companies selling systems and services to the offshore oil and gas industry. Its constituent companies started their offshore activities in the early 1950s and SBM subsequently became a pioneer in single point mooring (SPM) systems.^[2] The firm leases and operates Floating Production Storage and Offloading vessels, and is involved in the design and engineering, the construction, the installation, the operation and the life extension of floating production solutions for the offshore Oils and Gas industry. It is a main board listed company on the Euronext Amsterdam stock exchange and has been a member of the AEX index since 2003.

Contents

- 1 Operations
 - 1.1 Group companies
 - 1.2 FPSO's
 - 1.3 Vessels
- 2 References
- 3 External links

Operations

Former Employee ("FE") v. SBM OFFSHORE GROUP ("SBM")

BACKGROUND

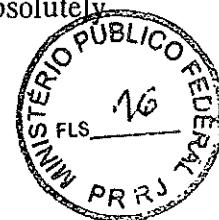
- One of the biggest worldwide corporate bribery and corruption scandals in recent history, with more than US\$250,000,000 of bribes and other malpractices spanning many years. The ongoing Wal-Mart investigation into alleged improper payments of more than US\$24,000,000 pales in comparison.

SBM Offshore N.V.

Type	Naamloze vennootschap
Traded as	Euronext: SBMO (http://europeanequities.nyx.com/en/search_instruments/SBMO?type=Stock)
Industry	Petroleum industry
Founded	1965
Headquarters	Schiedam, Netherlands
Key people	Bruno Chabas (CEO), Heinz Rothermund (Chairman of the supervisory board)
Products	FSO and FPSO units, tension leg platforms, other offshore facilities
Revenue	US \$3.157 billion (2011) ^[1]
Operating income	US \$(340.6) million (2011) ^[1]
Profit	US \$(440.6) million (2011) ^[1]
Total assets	US \$5.290 billion (end 2011) ^[1]
Total equity	US \$1.349 billion (end 2011) ^[1]
Employees	6,220 (end 2011) ^[1]
Website	www.sbmooffshore.com (http://www.sbmooffshore.com/)

- From February 2012 to 6 June 2012 FE, Solicitor, Legal Director for Sales and Marketing and a Director of SBM (UK) Limited, was intimately involved in SBM's internal investigation into SBM's wrongdoing and saw at first hand the approach taken by SBM.

- It soon became clear to FE that this approach, referred to by SBM's Chief Governance and Compliance Officer Siezte HEPKEMA ("SH") as "containment", was nothing less than a cover-up of major and crucially important elements of SBM's criminal activities. Despite protesting against this approach to the Chief Executive Officer Bruno CHABAS ("BC") and CGCO SH, he was told very clearly, in particular by SH, to participate in this "containment" (ie. cover-up) in the way SBM wanted, under threat of "coming to the end of the road". Faced with such duress, FE had absolutely no choice but to leave SBM.



KEY POINTS OF EVIDENCE

Showing: (I) Scale of SBM's criminal activity; and

(II) "Containment" / Non-Disclosure / Cover-up of the criminal activity (which in itself is criminal).

(A) DOCUMENTS

NB: "Payments to Agents" Task Force document of 17th April 2012 prepared by SBM Internal Audit providing "overall picture" of payments to agents 2005 – 2011.

1. EQUATORIAL GUINEA ("EG") (Main agent through whom bribes were paid: Moswen Resources S.A. ("Moswen") – BVI company controlled by Hanny TAGHER ("HT"))

1.1 Sales Consultancy Agreement between (1) SBM Inc. SA, Switzerland its affiliates [eg. SBM Atlantia Inc. U.S.A.], subsidiaries and successors and (2) Moswen.

1.2 30 Addenda to the Sales Consultancy Agreement including especially Addendum no. 8: express reference to payments of:

- US\$7,350,000 to "Gabriel" (ie. Gabriel Obaing, second son of the EG President and Minister of Industry, Energy and Mines); - US\$500,000 to "Vicente" (ie. Iltono D. Vicente Abeso Mbung, Director of Hydrocarbons at GEPetrol, EG); - US\$250,000 to "Francisco" (ie. Francisco Ndong Abyong, Deputy General Manager at Noble Energy, EG); - US\$250,000 to "Bonifacio" (ie. Bonifacio Monsug Nsue, Director of GEPetrol, London); and - US\$250,000 to "Lucas" (the right-hand man of "Gabriel").

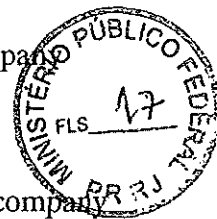
The reference to these payments in Addendum 8 was made in handwritten notes by none other than SBM's former Chief Executive Officer Tony Mace, demonstrating that the corruption penetrated to the very highest echelons of the company!

Payments to Gabriel were arranged through HT's contact, Alan Soulsby in London – cf. Recording of HT Interview 27 March 2012 (see below).

1.3 Schedule of Payments to Moswen 2008 – 2011 (prepared by SBM Internal Audit) showing (inter alia) payment dates, amounts and currency. Note that payments in US\$ would have transited through the US banking system.

1.4 Numerous E-mails implicating, for example, SBM's Chief Operating Officer Jean-Philippe LAURES ("JPL") and Chief Technical Officer Mike Wyllie ("MW"), including: - Feb. 2010 David Snell (US. National from SBM's Houston office) to JPL re "who is currently looking after Mr. G..." and HT's response copied to JPL and MW. - Sept. 2010 e-mails between JPL and HT re ensuring that Bonifacio's son Nilo is accepted into university in South Africa.

NB: Aseng FPSO contracts negotiated from SBM's Houston office. Client was US oil company Noble Energy.



2. ANGOLA (Main agent to whom bribes were paid: Mardrill Inc. ("Mardrill") – Panama company controlled by 3 Sonangol executives: Mesrs. Sumbe, Benge and Dos Santos)

2.1 Agency Agreement 15 March 1997 between SBM Production Contractors Inc. and Mardrill.

2.2 "Schedule of Joint Venture Fees" dated 19 May 2003 with handwritten notes dated 13 December 2007 by Didier Keller (ex-CEO of SBM) setting out the day rates (ie. bribes) payable in respect of the 5 Angolan FPSOs, two of which (Kuito and Sanha) were leased to the US company Chevron and the other three to the US company Exxon (Mondo, Saxi and Xikomba). The lease and operating contracts were negotiated in varying degrees by SBM's Houston office.

2.3 Schedule of payments 2005 – 2011 showing payment dates, amounts and currency, prepared by SBM Internal Audit.

2.4 Numerous E-mails implicating, for example, JPL who was a director of Sonasing Mondo Limited and Sonasing Saxi Batuque Limited but claimed in two e-mails of 22 March 2012 that he was firstly "not aware", and then "not aware of the details" regarding Mardrill, despite being responsible for "PERM" which had supposedly carried out due diligence on Mardrill the results of which were described as "Resolved Issues" in the PERM Quarterly Report for Q4 2011.

2.5 Admission of BC (recording 26 March 2012) that JPL was the only one "with access to Sonangol".

2.6 Fax dated 26 November 2001 from Mr. Benge, Sonangol USA Company to Didier Keller, on Sonangol USA Company headed paper, sent from Houston, providing the Bank Details for payments to Mardrill. These included a New York correspondent bank.

3. BRAZIL (Main agent through whom bribes were paid was Julio FAERMAN ("JF") and his Group of Companies)

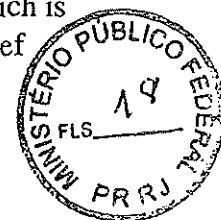
3.1 Services Agreement Commercial Representation between SBM Inc. and JF's company Oildrive Consultoria EM Energia Petroleo dated 2 June 2006 and its amendments.

3.2 Amendment to an Agreement of 2 July 1999 dated 7 February 2007 with Faercom Energia Ltd. confirming a "commission" of 3% signed by HT for SBM Inc. Cf. HT Interview 27 March 2012 in which HT confirmed that the 3% was split as to 1% for JF and 2% for Petrobras officials.

3.3 "Payments to Agents" Task Force document of 17th April 2012 prepared by SBM Internal Audit showing (inter alia) payments of US\$139,216,000 to the JF Group of Companies: Faercom, Bienfaire, Oildrive, Jandell, Journey Advisors and Hades Production Inc., including payments made by SBM's Houston office. Cf. HT Interview 27 March 2012 in which HT confirmed that these

payments (ie. money allocated for bribes) were paid on to Petrobras officials.

3.4 Numerous E-mails implicating, for example, JPL, BC and MW, including: - 9 April 2011 JPL asking HT when "work" (ie. bribes) will need to be done in Brazil - 18 and 21 April 2011 from JPL to (inter alia) BC and MW attaching confidential Petrobras Minutes (not information which is provided free of charge) and referring to a future meeting with Petrobras engineering chief Figueiredo to extend a lease "without going via an open bid".



4. OTHER COUNTRIES OUTSIDE AFRICA – per SBM Internal Audit Spreadsheets

4.1 MALAYSIA - Payments to Barnado Limited and Delcom Limited totalling approximately US\$10,000,000, paid on (ie. by way of bribes) to "MISC" for the Kikeh FPSO (leased to US oil company Murphy).

4.2 ITALY and KAZAKHSTAN - Payments to Petromed, Overland Engineering Co. Ltd. and Unaoil totalling approximately US\$8,400,000, paid on (ie. by way of bribes) to AGIP and the Kazakhstan National Oil Co. for the Kashagan Barges sale contract.

4.3 IRAQ - Payments to Unaoil of approximately US\$2,500,000 for the CALM Buoy Sale Contracts (cf. e-mail correspondence G. O'Nion and F. Blanchelande 25 January 2010).

5. OTHER MALPRACTICE

5.1 Tender-rigging and bribes for confidential information/industrial espionage

5.2 World Cup 2010 Tickets for Sonangol USA Inc. officials

5.3 Monaco Grand Prix 2010 excessive hospitality packages

5.4 Help in getting Bonifacio's son Nilo into university in South Africa (cf. above)

(B) KEY RECORDINGS

1. 23 March 2012 –Tim Dickinson ("TD"), Jennifer Riddle, both of Paul Hastings LLC ("PH"), FE and Zoe Taylor-Jones

- TD on the JPL destruction of evidence ("binning" incident – cf. below) which could be the "noose that hangs the guy", how this constitutes obstruction of justice (ie. criminal) and how surprised that management has not already taken disciplinary measures against JPL. - TD on the vital importance of early remedial action "in-house". - TD requesting FE: "anything else that you come across please let us know 'cos that's obviously very helpful... especially ... Angola and Brazil".

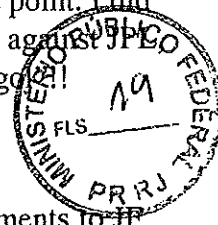
2. 24 March 2012 – BC, FE, Jay Printz

- BC: "There is no need to go through thousands of studies. I saw [the contents of the CEO's safe] and felt sick seeing how rotten the company is. I'm trying to survive. I recognize that the commercial staff is rotten to the core. When I look at JF he is the smelliest of the smelliest. You cannot exclude that Brazil payments have funded political parties."

3. 26 March 2012 –BC, FE, Thierry Gagliani ("TG"), Bernard Verwilghen ("BV") and Jérôme

Lemercier

- BC on the need for disclosure of Brazil bribes for the Anchieta US Bond Financing as otherwise SBM would be “misleading the market” BUT NO disclosure, nor even a reference to “possible” or “potential” improper payments in Brazil in the Offering Memorandum. - BC on the JF/Brazil payments: “We have not asked them [PH] to go there [Brazil] yet. We need to clarify this point. I did not give the go-ahead with Brazil!” - FE protesting at the approach and the lack of action against JPL the explanation for which from BC was that JPL was the only one “with access to Sonangol”



4. 27 March 2102 – HT, BV, FE and BC

- HT: the bribe of \$7.35m to Gabriel was a “ridiculous” amount! - Confirmation that payments to JF were paid on to Petrobras officials, normally 1% for him and 2% for them. - BV: “as long as there is no evidence of money movements in bank accounts there is no hard proof”!!

5. 3 April 2012 – Preparation for Supervisory Board Meeting to be held on 5 April 2012

- TD explanation of the concept of “conscious disregard”. - BC: “What else are we going to discover from the PH investigation? We have most of the facts – why do we need to dig deeper? What else are we going to discover further to the HT interview plus what we have discovered internally, plus the fact that we have the Internal Audit, what are we going to discover?”!!! BV: “What is the point?” In other words, all material information was already known in April 2012 (but not disclosed) – and yet the “investigation” is still ongoing almost 18 months later!!

6. 5 April 2012 – Supervisory Board (“SB”) Meeting

- Further reference to the JPL “binning” incident/destruction of evidence (of which the whole SB was therefore aware as from this date) - BC explanations of the payments made, where from and to whom and the companies associated with those payments - Addendum 8 of the Moswen Sales Consultancy Agreement was shown to the SB - SB member comment: “Most of what we saw on the [presentation] is illegal”! - Significantly, there was a clear acknowledgement from the SB that “we cannot contain this and should not even attempt to contain it... we cannot and we should not try to contain it” – it is therefore staggering and almost beyond belief that the official policy adopted by SBM’s Board of Management, including in particular its CGCO SH (who was present at the SB meeting), should be one of “containment”, namely the exact opposite of what the SB advised!! And FE was being pressed against his will to participate in this containment!!

7. 7 May 2012 – SH and FE

- Discussion re the contents of the CEO’s safe. - SH: “Park Brazil”!! - SH: “limit damage looking backwards and to change our practices going forward. I don’t need to have every stone unturned in respect of the past and go about the world setting the record straight” – this from the company’s CGCO!!!

8. 29 May 2012 – SH and FE

- SH confirms the policy of “containment” (!) and that he did NOT want FE reviewing the PH interviews [to cross-check against potentially contradictory evidence uncovered by FE]. - SH claims to have asked TD about the lack of disciplinary action against JPL and the “containment strategy” including “take Brazil out” and “that was all agreed”!! This plainly contradicts the message conveyed by TD in the 23 March 2012 recording. - SH: “Take Brazil out” as part of “containment”!! If Sietze “wants to park this” and FE does not agree “that won’t do”!! - SH: confirms that “I think we’re

coming to the end of the road here”!! - SH: “I am not so naïve as to think that someone who bins all his files in a garbage bag is not morally reproachable... do you think I’m crazy? I don’t need to hear anything more than that – a guy who puts all of his files in the garbage... The very fact that someone does it in view of an investigation is already wrong! I don’t even have to know what’s in it!” - SH: “we are not here to distribute morally right and morally wrong”!! [Cf. vs. Page 116 of SBM’s Annual Report 2011: “The management will encourage all employees to protect and enhance the Company’s high ethical reputation”!!]



CHRONOLGY AND KEY POINTS FURTHER CONFIRMING THE COVER-UP/ILLEGAL AND/OR IMPROPER ACTION OF SBM AND THE DURESS THEREBY IMPOSED ON FE (ie. by placing him in an impossible situation: participate in the cover-up or leave)

NB: 25 January 2012: HT meeting with Noble compliance lawyer and Noble’s external lawyers (Wilkie Farr – “WF”) re bribes of cars and a house for EG officials, which led to an absolutely crucial telephone call from WF (Martin Weinstein) to Jay Printz on 31 January 2012. It was as a result of this telephone call that SBM’s bribery and corruption first came to light (to those not involved in the bribery and corruption).

1. 7 February 2012 - JPL Destruction of Evidence – the “binning” incident

- SBM’s COO JPL attempted to destroy approx.. 12 bin bags of evidence!!! - This is of course a very serious obstruction of justice (criminal offence), as advised many times by TD to SBM management and as acknowledged by SH (eg. recording of 29 May 2012).

2. Early February 2012 – Disclosure to FE of CEO’s safe contents by BC

- Shows that BC has kept the contents of his safe, with documents showing bribes, undisclosed (even internally) for at least a month (ie. from his appointment as CEO on 1st January 2012 until the WF telephone call of 31 January 2012)! If it were not for the WF call, it is conceivable that those documents would still be in the safe and undisclosed even internally!

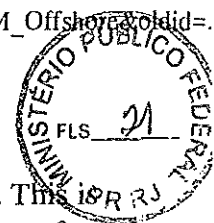
NB: 23 March 2012 – TD explains very clearly the very important need for early “in-house” remedial and disciplinary action (cf. recording above).

3. 26 March 2012

BC acknowledges the need to disclose the Brazil bribes re the Anchieta Bond Financing (\$500m), otherwise SBM would be “misleading the market” – BUT no mention is made in the offering memorandum! BC stresses that he did not give the go-ahead to PH with disclosure about Brazil, thus setting a trend that continues to this day. FE is already protesting at the lack of action against JPL BUT the CEO’s explanation is that he is needed because he is the only one “with access to Sonangol”!!

4. 27 March 2012

HT confirms that the payments to JF Group companies were on-paid to Petrobras officials. What is the reaction of the Group Secretary BV? Answer: “As long as there is no evidence of money movements in bank accounts there is no hard proof”!!



5. 28 March 2012 – Annual Report 2011 is published

No mention whatsoever of any improper payments, not even “possible” or “potential” ones. This despite SBM’s subsequent assertion that the whole matter came to light as a result of a review of compliance procedures carried out in 2011!! If so, why no mention in the 2011 Annual Report? (Of course, as SBM knows, the whole matter came to light due to the WF telephone call of 31 Jan. 2012 and had nothing to do with reviewing 2011 compliance procedures!).

6. 1 April 2012 – JPL Appointed as Chairman of SBM Atlantia Inc. (USA) (he was already a Director)

Thus, as at 1 April 2012, two months after the WF telephone call, the first 4 remedial and disciplinary “in-house” measures taken by SBM and members of its Board of Management could be seen essentially as:

- (i) Try to dispose of evidence; (ii) Don’t mention anything in the 2011 Annual Report or the Anchieta Bond offering (or indeed the Ilhabela loan financing); (iii) Don’t give the go ahead to PH re Brazil; (iv) Appoint the “binner”/attempted destroyer of evidence as Chairman of SBM Atlantia Inc.

7. 3 - 6 April 2012

TD explains about “conscious disregard” and BC acknowledges that “we have most of the facts”, so everything of material importance was already known. The SB also then becomes fully aware of the material facts, but still no proper disclosure was made. Instead, TD calls the U.S. Department of Justice (“DOJ”) and (despite being asked) refuses to give them an order of magnitude of the improper payments, nor did he mention any country names.

8. 10 April 2010 – The first Press Release

Despite being fully aware of the enormity of the scandal, this press release was not a full and frank description of what was known and contained two statements which were at best misleading and at worst simply false:

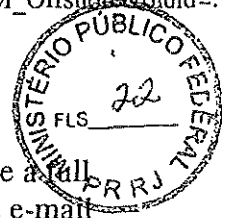
- (a) Reference to certain sales practices which “may” have been improper – the Board of Management and Supervisory Board KNEW full well that they WERE improper (cf. the documents and recordings above)!
- (b) The statement that these sales practices were discovered as part of a review of compliance procedures in 2011 is simply not correct: they were discovered as a result of the WF telephone call of 31 January 2012! If they really were discovered as part of a review of the 2011 compliance procedures they would have been (or should have been) included in the 2011 Annual Report.

9. 17 April 2012 – “Payments to Agents” Task Force document issued by SBM Internal Audit

This confirms total payments to agents in excess of US\$275,000,000 !! The approximate breakdown is:

\$139,000,000 – Brazil \$ 30,000,000 – EG \$ 17,000,000 – Angola \$ 89,000,000 – Other countries (including outside Africa) \$275,000,000

That represents bribery and corruption on an absolutely MASSIVE scale, the disclosure of which FE was being asked to “contain” (ie. cover-up).



10. 11 May 2012 – TG e-mail to FE

A good example of express instructions being given to FE not to do the right thing and make a full and thorough investigation of everything, but instead to sweep things under the carpet. This e-mail from TG confirms that having discussed with Sietze, “the review of scoping interviews from PH does not seem to be appropriate at this stage”, despite TD expressly having told FE to proceed in this way.

11. 16 May 2012 – AGM 2012

Contrary to all the evidence which was already available (cf. above and in particular BC’s comments that “we have most of the facts” and the SB member’s assertion that “most of what we saw on the [presentation] is illegal”), BC nevertheless still assures shareholders at the 2012 AGM that as regards the sales practices which “may” (!) have been improper “we did not conclude that they were unlawful”!! How misleading is that, from the CEO of the company?! Moreover, shareholders were assured that Mr. Ehret and Mr. Deckers were “trying ... to help Mr. Laures” – having heard barely six weeks previously at the SB meeting of 5 April 2012 how Mr. Laures had tried to destroy evidence!!

12. 29 May 2012 – SH meeting with FE

A shocking example of how FE was being forced to participate in SBM’s cover-up of criminal activity, under threat of having to leave the company. SBM’s CGCO again stresses the importance of “containment” and how he did not want FE to review the PH scoping interviews. He also acknowledges that he wanted to “take Brazil out” (which ultimately has been done), that the attempted destruction of evidence by JPL was criminal and that JPL would most likely end up in prison and asserts that “we are not here to distribute morally right and morally wrong” (contrary to the view expressed in the company’s 2011 Annual Report – cf. above). As a result of FE’s refusal to collaborate in SBM’s cover-up, SH issues the blunt threat that “we’re coming to the end of the road here”!

Faced with a metaphorical gun being placed to his head with the obligation to participate in the above approach (ie. cover-up) or to get out, FE had absolutely no realistic choice but to leave the company and negotiate the best compensation he could in a desperately difficult situation ie. DURESS.

(There was a tacit admission from BC on 31 May 2012: “I am sorry for what has happened).

These were the circumstances which led to the signature of the “Accord de Rupture Amiable” of 6 June 2012, the validity and equity of which is challenged by FE.

Subsequent events confirm that the cover-up which had begun while FE was at the company simply continued and grew, under the shield of the “ongoing investigation”:

13. 27 June 2012 – EGM – still no material disclosures!

14. 3 August 2012 – Ilhabela Loan for \$1.05billion (Brazil/Petrobras) completed, with no disclosure in the offering memorandum.

15. 11 October 2012 – US Private Placement Bond for \$500million to finance Anchieta (Brazil) completed, again with no disclosures.

16. 20 December 2012 – Agreement with HAL Investments BV announced – no disclosures.

17. 14 February 2013 – Annual Report 2012 published.

The previous false and misleading statements were repeated regarding sales practices which were discovered as part of the 2011 compliance review and which “may” have been improper or were “possibly” or “potentially” improper.

18. 26 March 2013 - Letters of Intent announced for Marica and Saquarema FPSOs (Brazil) followed just two days later by:

19. 28 March 2013 - Press Release referring to “alleged” payments and stating that there was “no conclusive proof” of improper payments outside Africa!!!

20. 3 April 2013 – Rights Issue Prospectus which repeats the false statement of the 28 March 2013 Press Release regarding the absence of proof of improper payments outside Africa and erroneously refers to the “Management Board ... appointed in the course of 2012” when 3 of its members (BC, JPL and MW) were appointed in the course of 2010 or 2011!

21. 15 July 2013 - Marica and Saquarema FPSOs completed for a total contract value of \$3.5billion – with no disclosures!

22. 23 July 2013 – Award of FPSO Stones Contract by Shell for a total contract value of approximately \$1billion – once again, with no disclosures!

23. 7 August 2013 – Half-yearly results announced with a repetition of the false and misleading statements made in the 28 March 2013 press release. **Cite error: There are <ref> tags on this page without content in them (see the help page).**

The company was the first to offer an integrated oil and gas production service through the investment in a Floating Production Storage and Offloading (FPSO) unit. The lease and operation of FPSOs has become a large component of the company's activity and SBM Offshore now owns and operates the world's largest fleet.^[3] Other activities include design and engineering, turnkey supply, and specialised services such as maintenance and offshore installation. The most recent addition to the product line is midscale LNG (liquefied natural gas) FPSOs for a capacity in the range of 1 and 2 MTPA (Million Tonne Per Annum) with Nitrogen expansion liquefaction technology, developed in collaboration with The Linde Group.^[4]

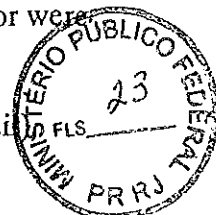
The firm operates from four main execution centres: the global headquarters in Schiedam, Monaco, Kuala Lumpur, and Houston. The company employs over 8,000 individuals worldwide.

On 18 August 2009, SBM Offshore announced the signing of a framework agreement with Shell for the supply of turret mooring systems for Shell's floating liquified natural gas (FLNG) project. The deal covers the supply of turret mooring systems for a period of up to 15 years. The 3.5-million-tonne-per-annum FLNG facility will produce liquefied natural gas offshore and will be moored with an internal and permanently connected freely weather-vaning turret mooring system.

SBM Offshore said the turret mooring system is expected to be the largest in terms of diameter with capability to handle mooring loads in excess of current systems.

Group companies

- LMC Holding Inc. S.A
- Single Buoy Moorings Inc., Monaco





- LMC Atlantia Inc., Houston
- SBM Schiedam B.V.
- SBM Malaysia Sdn. Bhd., Kuala Lumpur
- SBM Production Contractors Inc., Monaco

In November 2012 SBM sold offshore design company GustoMSC B.V. in Schiedam, the Netherlands, to investment firm Parcom Capital, a subsidiary of ING Group Capital.

FPSO's

- Aseng FPSO
- Brasil FPSO
- Capixaba FPSO
- Cidade de Anchieta FPSO
- Cidade de Ilhabela FPSO (Under construction)
- Cidade de Paraty FPSO
- Espírito Santo BC-10 FPSO
- Falcon FPSO
- Kikeh FPSO
- Kuito FPSO
- Marlim Sul FPSO
- Mondo FPSO
- P-57 FPSO
- Saxi-Batuque FPSO
- Serpentina FPSO
- Stones FPSO (Contract Award)
- Xikomba FPSO (Under life extension program to be redeployed as FPSO N'Goma)

Vessels

- Deep Water Installation Vessel - Normand Installer
- Diving Support and Construction Vessel - SBM Installer
- DSV Dynamic Installer (Sold in 2012)

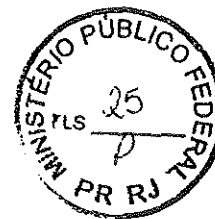
References

1. ^{^ a b c d e f} "Annual Report 2011" (<http://www.sbmoffshore-annualreport.com/2011/docs/default/>). SBM Offshore. Retrieved 1 April 2012.
2. [^] Cohen, M.L. (2006). "IHC Caland N.V." (http://findarticles.com/p/articles/mi_gx5202/is_2000/ai_n19122936). *International Directory of Company Histories*. The Gale Group. Retrieved 2008-12-27.
3. [^] Crofts, Dale (11 November 2008). "SBM Offshore Is Likely to Win \$69 Million Petrobras Buoy Order" (http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=10000086&sid=aZuufT0GbgrM&refer=latin_america). *Bloomberg*. Retrieved 2008-12-27.
4. [^] "SBM Offshore has been pioneering the development of the FLNG (or LNG FPSO) for a number of years. This new technology is now gaining wide acceptance, and the first FLNG project was sanctioned in 2011." (<http://www.sbmoffshore.com/what-we-do/our-products/flng/>) SBM Offshore. 26 March 2013. Retrieved 2013-03-26.

External links



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Rio de Janeiro
4º Ofício (matéria criminal)



DESPACHO

Notícia de Fato MPF/PR/RJ 1.30.001.000837/2014-68

Trata-se de representação (fls. 5/12) apresentada pelo deputado federal Antonio Imabassahy, líder do PSDB na Câmara dos Deputados, ao Procurador-Geral da República, que determinou o encaminhamento a esta Procuradoria da República no Rio de Janeiro (fl. 4).

Os autos foram distribuídos livremente ao 56º Ofício desta Procuradoria da República, porém, devido ao afastamento do titular para exercício da função de chefia administrativa, foram distribuídos em substituição a este 4º Ofício.

Na representação pede-se, com base nos motivos ali descritos, a instauração de procedimentos de investigação pelo possível cometimento de crimes de peculato, concussão e gestão fraudulenta ou temerária, de atos de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito e dano ao erário, além de ilícitos contra acionistas, tudo por parte de empregados da Petrobrás ou agentes públicos.

A representação se baseia em reportagem do jornal Valor Econômico de 13/02/2014 (fls. 13/14),¹ que por sua vez aborda texto divulgado na Wikipedia, em inglês (fls. 15/24), sobre supostos atos ilícitos no âmbito de contratos entre a empresa holandesa SBM Offshore N.V., sediada na Holanda, e a

1 Foi grande a repercussão na imprensa nacional e estrangeira nos meses de fevereiro e março de 2014, com a publicação de diversas matérias nas mídias impressa e digital, servindo de exemplos: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/pgr-manda-para-o-rio-pedido-para-apurar-suposto-suborno-na-petrobras.html>], <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/blocao-vence-governo-e-camara-aprova-comissao-d2-petrobras,feb49181683b4410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>], http://www.dutchnews.nl/news/archives/2014/03/brazilian_parliament_investiga.php], <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios-geral,apos-denuncia-sbm-desiste-de-nova-licitacao-da-petrobras,179152.0.htm>], <http://www.jb.com.br/economia/noticias/2014/02/13/sbm-teria-pagado-suborno-a-funcionarios-da-petrobras>], <http://www.cartacapital.com.br/politica/pmdb-decide-votar-pela-comissao-para-investigar-petrobras-5649.html>], <http://www.valor.com.br/politica/3476352/camara-decide-chamar-graca-foster-para-explicar-contratos-da-petrobras>], <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,sbm-esclarece-fala-sobre-plataformas,178004.0.htm>].



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Rio de Janeiro
4º Ofício (matéria criminal)



Petrobrás.

No referido texto divulgado na Wikipedia (fls. 16/24),² pessoa que se identifica como ex-empregado da SBM ("FE – former employee") e membro de sua diretoria (fl. 16),³ relata que a SBM estaria tentando encobrir o regular pagamento de vantagens indevidas, entre 2005 e 2011, a funcionários de alguns países: Guiné Equatorial, Angola, Brasil, Malásia, Itália, Casaquistão e Iraque.

Quanto ao Brasil,⁴ JULIO FAERMAN, com suas empresas, seria o principal intermediário das vantagens indevidas supostamente pagas pela SBM a funcionários da Petrobrás ("Petrobrás officials" - fl. 17). Segundo o ex-empregado da SBM, em declarações prestadas em 27/03/2012, HANNY TAGHER (referido como "HT")⁵ teria afirmado que a comissão de 3% devida a JULIO FAERMAN, estabelecida em aditamento contratual, seria repartida à proporção de 1% para o próprio JULIO FAERMAN ("JF") e 2% para funcionários da Petrobrás

2 Disponível em <http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=SBM_Offshore&oldid=577742341>, acesso em 13/03/2014.

3 A revista Veja, em 14/02/2014, em matéria "por Fernanda Alegretti, de Amsterdã", informa que "os documentos, segundo a investigação, foram divulgados por Jonathan Taylor, ex-funcionário da SBM em Mônaco, que deixou a empresa em 2012 e pediu 3 milhões de euros para não revelar o esquema" (cf. <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/petrobras-recebeu-propina-de-empresa-holandesa/imprimir>>, acesso em 13/03/2014).

4 Segue o principal trecho relativo ao Brasil (fls. 17/18):

"3. BRAZIL (Main agent through whom bribes were paid was Julio FAERMAN ('JF') and his Group of Companies)

"3.1 Services Agreement Commercial Representation between SBM Inc. and JF's company Oildrive Consultoria EM Energia Petroleo dated 2 June 2006 and its amendments.

"3.2 Amendment to an Agreement of 2 July 1999 dated 7 February 2007 with Faercom Energia Ltd. confirming a 'commission' of 3% signed by HT for SBM Inc. Cf. HT Interview 27 March 2012 in which HT confirmed that the 3% was split as to 1% for JF and 2% for Petrobras officials.

"3.3 'Payments to Agents' Task Force document of 17th April 2012 prepared by SBM Internal Audit showing (inter alia) payments of US\$139,216,000 to the JF Group of Companies: Faercom, Bienfaire, Oildrive, Jandell, Journey Advisors and Hades Production Inc., including payments made by SBM's Houston office. Cf. HT Interview 27 March 2012 in which HT confirmed that these payments (ie. money allocated for bribes) were paid on to Petrobras officials.

"3.4 Numerous E-mails implicating, for example, JPL, BC and MW, including: - 9 April 2011 JPL asking HT when 'work' (ie. bribes) will need to be done in Brazil - 18 and 21 April 2011 from JPL to (inter alia) BC and MW attaching confidential Petrobras Minutes (not information which is provided free of charge) and referring to a future meeting with Petrobras engineering chief Figueiredo to extend a lease 'without going via an open bid'."

5 HANNY TAGHER é mencionado no texto da Wikipedia como o intermediário das vantagens indevidas supostamente pagas a funcionários da Guiné Equatorial, por meio de sua empresa nas Ilhas Virgens Britânicas, a Moswen Resources S.A. (fl. 16).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Rio de Janeiro
4º Ofício (matéria criminal)



de irregularidades quanto a países fora da África.⁸

Por evidente, este não é o momento de formação da *opinio delicti* pelo Ministério Público, mas apenas de verificar se, em tese, poderia haver a configuração de crimes e, em caso de resposta afirmativa, se haveria competência da Justiça Federal e atribuição do Ministério Público Federal (MPF), o que direcionará estes autos quanto a abertura de alguma investigação criminal, declínio de atribuição a outro órgão do Ministério Público ou até o arquivamento de imediato.

Pelo divulgado na Wikipedia, supostamente por pessoa que participou da administração da SBM, com detalhamento quanto a valores, época e intermediário, assim como pelas providências da própria SBM, que abriu investigação interna, não se pode afastar a hipótese de que tenham ocorrido delitos envolvendo pessoas que, de alguma forma, participaram ativamente de contratos envolvendo a Petrobrás e a SBM.

A representação que ensejou a autuação desta Notícia de Fato cogita dos crimes de peculato, concussão e gestão fraudulenta ou temerária por funcionários da Petrobrás ou agentes públicos em geral, contra o patrimônio da União (fl. 11).

Com efeito, não pode ser alijada de imediato a possibilidade da ocorrência da concussão, prevista no art. 316 do Código Penal brasileiro (CP):

"Concussão

"Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

"Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa."

8 "The Company believes that it is in everybody's interest to get this issue resolved as swiftly as possible. It has worked with the Dutch Public Prosecutor's office and the US Department of Justice for the last 20 months, and continues to work closely with them in order to assist them in their efforts to bring this matter to a proper closure as swiftly as possible". (...) "In the course of the investigation allegations were made of improper payments in countries outside Africa but to date no conclusive proof of such allegations has been established" (Disponível em <<http://www.sbmoffshore.com/?news=update-internal-investigation>>, acesso em 13/03/2014.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Rio de Janeiro
4º Ofício (matéria criminal)



("Petrobrás officials").

Ainda segundo o ex-empregado da SBM, um documento da auditoria interna da SBM, datado de 17/04/2012, demonstraria o pagamento total de US\$139,216,000, incluindo pagamentos feitos pelo escritório da SBM em Houston (EUA), para empresas de JULIO FAERMAN: Faercom, Bienfaire, Oildrive, Jandell, Journey Advisors and Hades Production Inc.

Ele relata ainda correspondência eletrônica (e-mails) entre representantes da SBM, mencionando, entre outros assuntos, um futuro encontro "*with Petrobras engineering chief Figueiredo to extend a lease 'without going via an open bid'*"⁶ (fl. 18).

O ex-empregado da SBM alega que haveria, no seio da direção da SBM, o propósito de abafar as irregularidades, especialmente no que se refere ao Brasil.⁷

A SBM, em seu *site*, divulgou que abriu uma investigação interna, aparentemente ainda não encerrada, afirmando em 21/02/2014 que vem colaborando há 20 meses com autoridades do Ministério Público holandês e do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, embora tenha sustentado em 28/03/2013 que não havia até aquele momento encontrado provas conclusivas

6 Tradução livre: encontro "com o chefe da engenharia da Petrobrás, Figueiredo, para prorrogar um arrendamento mercantil sem licitação". Figueiredo, decerto, vem a ser José Antonio de Figueiredo, Diretor de Engenharia da Petrobrás, como noticiado na revista Veja em 14/02/2014 (cf. <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/petrobras-recebeu-propina-de-empresa-holandesa/imprimir>>, acesso em 13/03/2014).

7 Fls. 19/20 (Disponível em <http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=SBM_Offshore&oldid=577742341>, acesso em 13/03/2014.):

"29 May 2012 – SH meeting with FE

"A shocking example of how FE was being forced to participate in SBM's cover-up of criminal activity, under threat of having to leave the company. SBM's CGCO again stresses the importance of "containment" and how he did not want FE to review the PH scoping interviews. He also acknowledges that he wanted to 'take Brazil out' (which ultimately has been done), that the attempted destruction of evidence by JPL was criminal and that JPL would most likely end up in prison and asserts that 'we are not here to distribute morally right and morally wrong' (contrary to the view expressed in the company's 2011 Annual Report – cf. above). As a result of FE's refusal to collaborate in SBM's cover-up, SH issues the blunt threat that 'we're coming to the end of the road here!'"

No próprio texto, antes, foram explicadas as siglas observadas no texto transcrito: SH é Siezte HEPKEMA, que passou a ocupar o cargo de CGCO - *Chief Governance and Compliance Officer* da SBM; JPL é Jean-Philippe LAURES, *Chief Operating Officer* da SBM; PH é Paul HASTINGS; por último, FE, como dito no texto desta manifestação, significa *former employee*, ou seja, o ex-empregado da SBM que divulgou as supostas irregularidades na Wikipedia.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Rio de Janeiro
4º Ofício (matéria criminal)



Outra possibilidade, aparentemente mais delineada pelo ex-empregado, seria o crime de corrupção passiva, já no artigo seguinte do CP:

"Corrupção passiva

"Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

"Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

"§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

"§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

"Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa."

O texto na Wikipedia trata ainda de uma troca de e-mails⁹ que poderia, eventualmente, indicar a verificação de violação de sigilo funcional:

"Violação de sigilo funcional

"Art. 325 - Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:

"Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.

(...)

"§ 2º Se da ação ou omissão resulta dano à Administração Pública ou a outrem: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

"Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)"

9 "3.4 Numerous E-mails implicating, for example, JPL, BC and MW, including: - 9 April 2011 JPL asking HT when "work" (ie. bribes) will need to be done in Brazil - 18 and 21 April 2011 from JPL to (inter alia) BC and MW attaching confidential Petrobras Minutes (not information which is provided free of charge)" (p. 18).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Rio de Janeiro
4º Ofício (matéria criminal)



Tais artigos se inserem no capítulo do Código Penal que trata "dos crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração em geral". Por força do art. 327, § 1º, os empregados da Petrobrás, sociedade de economia mista, podem ser sujeitos ativos dessas condutas típicas:

"Funcionário público

"Art. 327 - Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

"§ 1º - Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

"§ 2º - A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público. (Incluído pela Lei nº 6.799, de 1980)"

Sobre a matéria, a doutrina não deixa dúvidas:

"Em síntese, para efeitos penais, consideram-se funcionários públicos, independentemente da forma de admissão, regime jurídico ou remuneração (ainda que não haja remuneração por parte da Administração direta ou indireta), as pessoas físicas que exerçam cargo ou funções, em caráter permanente ou transitório, na Administração Direta, Indireta, (autarquias, entidades paraestatais - de que são espécies a empresa pública, sociedade de economia mista e serviços sociais autônomos) e fundacional da União, Estados e Municípios e, ainda, os empregados das empresas privadas, permissionárias ou concessionárias, prestadoras de serviços contratados para a execução de atividade típica da Administração Pública e os empregados dos chamados serviços sociais autônomos"



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Rio de Janeiro
4º Ofício (matéria criminal)



- *Código Penal e sua Interpretação*; STOCO, Rui; FRANCO, Alberto Silva (coord.); São Paulo: ed. Revista dos Tribunais, 8ª ed., 2007, p. 1529.

Por outro lado, já no capítulo "dos crimes praticados por particular contra a Administração em geral", a descrição dos fatos em tese permite visualizar a possibilidade de tráfico de influência ou de corrupção ativa, desde que atendidos os contornos da extraterritorialidade de aplicação da legislação penal brasileira (art. 7º do CP):

"Tráfico de Influência (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

"Art. 332 - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função: (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

"Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

"Parágrafo único - A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)"

"Corrupção ativa

"Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

"Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

"Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional."

Por fim, nesta análise preliminar dos possíveis tipos penais que se poderiam constatar em uma investigação criminal, há de se ter em mente que a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Rio de Janeiro
4º Ofício (matéria criminal)



prática demonstra que, em casos de recebimento de vantagem indevida originada do exterior, grande parte dos recursos, ou mesmo sua totalidade, sequer chega a entrar no Brasil, sendo mantida em contas no exterior, muitas vezes em paraísos fiscais, sem que o titular, obviamente, declare esse valor a qualquer órgão público, seja ao Banco Central, seja à Receita Federal. Por conseguinte, se teria configurado, em tese, o tipo penal do parágrafo único do art. 22 da Lei 7.492/1986, em sua última figura (texto sublinhado):

"Art. 22. Efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas do País:

"Pena - Reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

"Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, a qualquer título, promove, sem autorização legal, a saída de moeda ou divisa para o exterior, ou nele mantiver depósitos não declarados à repartição federal competente."

Por estar o tipo penal acima entre os crimes contra o sistema financeiro nacional, a competência para eventual processo e julgamento recairia na Justiça Federal, com atribuição do Ministério Público Federal (MPF), como definido no art. 109, inciso VI, da Constituição da República Federativa do Brasil e na própria Lei 7.492/1986, artigo 26, dispositivos esses abaixo transcritos:

"Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

(...)

"VI - os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;"

"Art. 26. A ação penal, nos crimes previstos nesta lei, será promovida pelo Ministério Público Federal, perante a Justiça Federal."

Ademais, não bastasse isso, eventual crime de corrupção seria igualmente de competência da Justiça Federal e de atribuição do MPF, tendo em



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Rio de Janeiro
4º Ofício (matéria criminal)



vista que o Brasil se comprometeu internacionalmente a combater esse crime, nos termos da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 31/10/2003 e assinada pelo Brasil em 09/12/2003 (promulgada pelo Decreto 5.687/2006), e tendo em vista ainda a competência estabelecida no art. 109, inciso V, da Constituição brasileira:

"Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

(...)

"V - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;"

Vale registrar que quaisquer outros crimes correlatos, em virtude do regramento da conexão prevista no artigo 76 do Código de Processo Penal, seriam também de competência da Justiça Federal e da atribuição do MPF, conforme a Súmula 122 do Superior Tribunal de Justiça: "Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do Art. 78, II, "a", do Código de Processo Penal."

Tendo a Petrobrás sede na cidade do Rio de Janeiro, será competente, havendo processo penal, uma das varas federais criminais localizadas nesta capital.

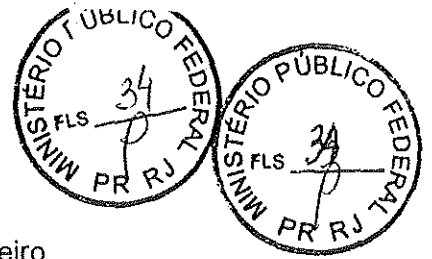
Quanto aos itens "b" e "c" de fl. 12, a atribuição para apreciar questões relativas a eventuais atos de improbidade administrativa, bem como eventuais prejuízos a investidores, não se encontra no rol de atribuições deste Ofício (matéria criminal), motivo pelo qual as declino em favor dos Procuradores da República atuantes no Núcleo de Tutela Coletiva desta Procuradoria da República, cujos Membros dirão com maior legitimidade acerca da existência de atribuição do MPF no caso.

Em vista de todo o exposto:

a) determino a instauração de procedimento investigatório criminal,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Rio de Janeiro
4º Ofício (matéria criminal)

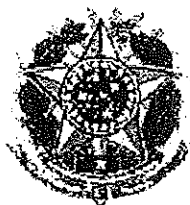


conforme Portaria que segue em separado, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 75/1993, do art. 4º da Resolução 13/2006, do Conselho Nacional do Ministério Público, e do art. 6º da Resolução nº 77/2004, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

b) extraíam-se cópias para encaminhamento ao Núcleo de Tutela Coletiva desta Procuradoria da República, áreas de Patrimônio Público e área de Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica.

Rio de Janeiro, RJ, 14 de março de 2014.


RENATO SILVA DE OLIVEIRA
Procurador da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
4º OFÍCIO (matéria criminal)



PROCEDIMENTO MPF/PR/RJ nº 1.30.001.000837/2014-68

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos 20 dias de março de 2014, às 15h00m horas, em virtude de instrução do Procedimento em epígrafe, na sede desta Procuradoria, a convite do MPF, compareceu voluntariamente:

NOME: GERSON LUIZ GONÇALVES

PROFISSÃO: GERENTE EXECUTIVO DA AUDITORIA INTERNA DA PETROBRAS

GRAU DE INSTRUÇÃO: SUPERIOR

ENDEREÇO PROFISSIONAL: AV CHILE Nº 65, SALA 701, CEP: 20031-912

TELEFONES: (21) 3224-1101

O declarante, acompanhado do advogado Carlos da Silva Fontes Filho, OAB 59712 (empregado da Petrobras), e Cláudio Figueiredo Costa, OAB 1584-B (do escritório de Nilo Batista e Advogados Associados, contratado pela Petrobras), de início teve ciência da ementa e do tema do procedimento investigatório criminal.

Após lhe serem franqueados os autos, o declarante, sob compromisso de dizer a verdade, às perguntas do Procurador da República, respondeu que está na auditoria da Petrobras há cerca de 38 anos; que é gerente da auditoria interna há mais de 20 anos; que nesse período nunca percebeu influências políticas em seu trabalho; que com relação ao caso SBM, foi aberta comissão interna de apuração, assim que os fatos começaram a ser noticiados na imprensa, em fevereiro deste ano; que a comissão é presidida pelo (Coronel) Pedro Arruda, chefe da segurança.



empresarial da Petrobras, formada ainda por Solange Guedes, gerente executiva da Exploração e Produção Sul/Sudeste, pelo assessor da Presidência da Petrobras Jorge Salles, pelo gerente-executivo do Jurídico, Nilton Antonio de Almeida Maia e pelo declarante; que a auditoria está em andamento, com previsão de conclusão em cerca de 10 dias; que a comissão identificou 8 ou 9 contratos com a SBM, salvo engano todos relativos a FPSO; que não há contratos da Petrobras com Julio Faerman ou suas empresas; que o primeiro contrato entre Petrobras e SBM ocorreu na década de 1990; que esses contratos foram submetidos a parecer técnico; que 4 membros da comissão estiveram na Holanda, contactando a SBM, que franqueou consultas a documentos, não permitindo a extração de cópias; que foram verificados indícios da existência de um documento confidencial da Petrobras em anexo a um e-mail trocado no âmbito da SBM; que a comissão está encontrando dificuldades para verificar de que setor da Petrobras teria saído esse documento; que a Petrobras e a SBM mantém negócios há cerca de 20 anos; que Julio Faerman era, há décadas, representante da SBM no Brasil, até 2012, quando se afastou; que sobre a comissão de 3% para Faerman, apurou-se que esse percentual variava em função do contrato; que a comissão ouviu diversas pessoas, entre funcionários da Petrobras, incluindo o diretor de engenharia José Antonio de Figueiredo, o próprio Julio Faerman, seu filho e seu sócio; que Julio Faerman negou ter qualquer relação com as empresas mencionadas na wikipedia não localizadas em território nacional; que há indícios de que essas empresas estejam sediadas nas Ilhas Virgens Britânicas; que Hanny Tagher parece ser pessoa pouco conhecida na área de petróleo; que Jonathan David Taylor parece ser o nome do denunciante na wikipedia; que não conseguiram localizar Hanny Tagher nem Jonathan David Taylor na Europa; que existe a suposição de que eles teriam encabeçado juntos as denúncias relativas ao caso; nada mais havendo a perguntar nem a declarar, foi encerrado o depoimento.

Na sequência, com base no art. 8º da Lei Complementar 75/1993, o Procurador da República requisitou o envio, no prazo de 10 dias, dos depoimentos já colhidos nos trabalhos de investigação da Petrobras, ou, caso já encerrados, o envio de todo o processado.



Nada mais havendo, foi encerrado o termo, lido e achado conforme, por fim assinado pelos presentes, em 2 vias, às 15h45m, tendo o declarante recebido uma das vias.

A requerimento do Dr. Carlos da Silva Fontes Filho, foi-lhe entregue uma cópia do Despacho de instauração do procedimento.

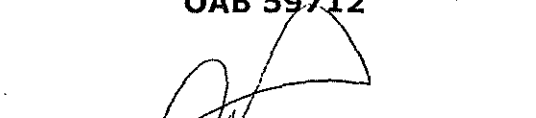


GERSON LUIZ GONÇALVES

Declarante



RENATO SILVA DE OLIVEIRA
Procurador da República

Carlos da Silva Fontes Filho
OAB 59712

Cláudio Figueiredo Costa
OAB 1584-B



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
4º OFÍCIO (matéria criminal)

PROCEDIMENTO MPF/PR/RJ nº 1.30.001.000837/2014-68

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos 03 dias de abril de 2014, às 15h00m horas, em virtude de instrução do Procedimento em epígrafe, na sede desta Procuradoria, a convite do MPF, compareceu voluntariamente:

NOME: PHILIPPE JACQUES LEVY

OCUPAÇÃO: REPRESENTANTE DA SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA

GRAU DE INSTRUÇÃO: SUPERIOR

DATA DE NASCIMENTO: 16/05/1968

NACIONALIDADE: FRANCÊS

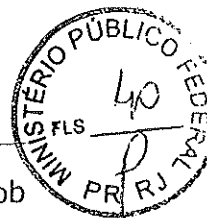
CPF: 060.946.377-20

ENDEREÇO PROFISSIONAL: Av. Rio Branco, 108, 15º andar, Centro, CEP 20040-001 RIO DE JANEIRO/RJ.

TELEFONES: 21 3506-5601

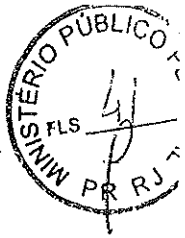
O declarante, acompanhado de Raquel Reis Ribeiro, OAB/RJ 133183 e José Alexandre Buaiz Neto, OAB/RJ 14346, de início teve ciência da ementa e do tema do procedimento investigatório criminal.

O declarante, por meio do advogado, manifestou a preferência por expressar-se no idioma inglês, por dificuldades com o português. Acordou-se que as perguntas seriam feitas em português, com as respostas em inglês, sendo que o próprio advogado faria qualquer tradução que se fizesse necessária.



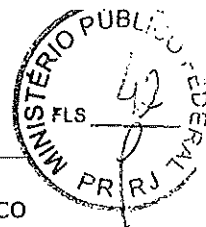
Após lhe serem franqueados os autos, o declarante, sob compromisso de dizer a verdade, perguntado pelo Procurador da República quando começou a trabalhar na SBM, respondeu QUE começou em 1995; perguntado qual sua ocupação anterior da atual na SBM, respondeu QUE foi gerente de projetos de 2007 à 2010; perguntado quais as funções que exerceu na SBM, respondeu QUE foi gerente de suprimentos em Mônaco entre 2004 e 2007; perguntado quem o indicou para a atual função no Brasil, respondeu QUE foi o então COO Francis Blanchelande, tendo havido uma indicação também de JULIO FAERMAN, que consideraram bastante produtivo o trabalho que o declarante vinha desenvolvendo no Brasil, especialmente quanto à P-57; perguntado sobre os altos valores pagos a JULIO, respondeu que os valores eram baseados em percentuais sobre o valor total do contrato, logo, se o contrato era de valor elevado a comissão também seria elevada; em 2011, com a nova administração, tentou-se reduzir os valores pagos aos agentes comerciais, por exemplo, por meio da imposição de um valor que serviria como teto ao percentual da comissão; como a SBM começava a aumentar sua presença no Brasil, com mais funcionários, a existência de um agente de vendas era menos importante, sendo assim por todas essas razões JULIO acabou dispensado, sem que isso tivesse relação com as noticiadas suspeitas de corrupção, as quais, inclusive, são posteriores; perguntado em quais mercados de valores mobiliários a SBM tem papéis negociados, respondeu QUE apenas em Amsterdam; perguntado quantos e quais são os contratos da SBM com a Petrobras, respondeu QUE salvo engano, de 2005 para cá, há os contratos relativos às FPSOs Capixaba, Anchieta, P-57, Cidade de Paraty, Cidade de Ilhabela, Cidade de Maricá, Cidade de Saquarema; perguntado sobre os

PL



valores de tais contratos, respondeu QUE não participou dos contratos, mas estima que entre 700 milhões e um bilhão de dólares cada um, apenas para a construção; perguntado quais são os contatos da SBM na Petrobras, respondeu QUE para a formalização dos contratos, vem uma equipe da SBM do exterior para fazer contatos com a comissão de licitação, sempre na própria sede da Petrobras, e depois do contrato assinado, há encontros entre equipes da SBM e da Petrobras específicas para cada FPSO, cuidando da execução do projeto; os representantes da SBM só encontram membros da Diretoria da Petrobras após o contrato firmado, quando se faz a apresentação formal do trabalho a ser executado; perguntado se conhece o funcionário da Petrobras JOSÉ ANTONIO DE FIGUEIREDO, respondeu QUE sim, que FIGUEIREDO costumava pressionar as equipes da SBM a fim de ver o projeto em execução o mais rápido possível; perguntado sobre o e-mail no qual se menciona o nome de FIGUEIREDO, respondeu QUE só tomou conhecimento pela wikipedia e não participou de qualquer apuração na SBM, portanto, não tem o que dizer sobre esse e-mail; perguntado sobre o e-mail no qual constava documento confidencial da Petrobras, respondeu o mesmo acima; perguntado sobre valores e datas de pagamentos efetuados pela Petrobras à SBM, respondeu QUE não sabe dizer, porque os contratos não eram assinados com a SBM Brasil; perguntado sobre os contratos da SBM com terceiros, tais como agente de vendas ou funções similares, relativos aos negócios da SBM com a Petrobras, respondeu QUE acredita que para cada contrato de FPSO havia sempre um contrato da SBM com FAERMAN, sendo que como não participou de nenhum deles, não sabe dizer o percentual da comissão; perguntado sobre a função de JULIO FAERMAN, seus sócios e suas empresas nesses contratos, respondeu QUE

Handwritten signature and initials at the bottom right of the page.

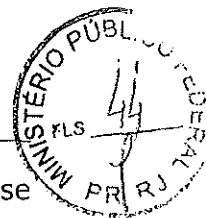


ele era o rosto da SBM no Brasil e atuava em todas as fases, como único agente comercial da SBM no Brasil, ao que saiba o declarante, agindo de forma muito competente desde a elaboração dos contratos, colaborando com especificações técnicas, na qualidade de engenheiro, além dos aspectos comerciais; perguntado sobre valores, datas e meios de pagamentos efetuados a terceiros pela SBM, relativos a negócios com a Petrobras, respondeu QUE não tem essas informações; perguntado sobre pagamentos às empresas Faercom Energia Ltda., Oildrive Consultoria em Energia e Petróleo Ltda., Junei, Bienfaire, Jandell, Journey Advisors, Hades Production Inc. e Oiladvise Consultoria e Engenharia Ltda, respondeu QUE supõe que tenha havido pagamentos à FAERCOM e à OILDRIVE, mas sequer conhece as demais empresas; perguntado sobre pagamentos a terceiros em paraísos fiscais, respondeu QUE nunca soube disso em seu trabalho, mas apenas pela imprensa; perguntado sobre pagamentos da SBM a JULIO FAERMAN, seus sócios ou suas empresas, respondeu QUE não tem informações quanto a esses pagamentos; perguntado sobre pagamentos efetuados nas Ilhas Virgens Britânicas, respondeu QUE não tem conhecimento disso; perguntado sobre pagamentos efetuados na Suíça, respondeu QUE existe a SBM na Suíça, mas não sabe se foram feitos pagamentos a FAERMAN naquele país; perguntado sobre pagamentos efetuados nos Estados Unidos, respondeu QUE não tem conhecimento disso; perguntado quem autoriza os pagamentos efetuados pela SBM, respondeu QUE não sabe, certamente alguém da administração, mas não sabe quem; perguntado se conhece LUIS EDUARDO CAMPOS BARBOSA DA SILVA, respondeu QUE sim, ele é o sócio de JULIO e estava sempre com ele; perguntado se conhece LUIZ MARCELO BITTENCOURT FERSURA,

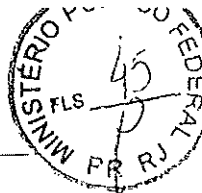


respondeu QUE não conhece e nunca ouviu falar; perguntado se conhece MARCELLO FAERMAN, respondeu QUE é o filho de JULIO, trabalha para ele e trabalhou na P-57 e, até onde sabe, não é sócio de JULIO; perguntado se conhece ELINE FAERMAN, respondeu QUE acha que é filha de JULIO e trabalha pra ele como uma espécie de assistente, pois ela costumava agendar os voos e emitir os bilhetes aéreos para JULIO; perguntado se conhece CARLOS EDUARDO BITTENCOURT FERSURA, respondeu QUE não conhece e nunca ouviu falar; perguntado se conhece LUIZ FELIPE CAMPOS BARBOSA DA SILVA, respondeu QUE não conhece e nunca ouviu falar, mesmo informado que se trata do irmão de LUIS EDUARDO CAMPOS BARBOSA DA SILVA; perguntado como a SBM teve conhecimento de possíveis pagamentos indevidos a funcionários no exterior, respondeu QUE ouviu dizer que um cliente da África, a NOBLE, teria alertado a SBM sobre possíveis pagamentos indevidos naquele continente, tendo a SBM decidido auditar não só os pagamentos na África, mas também em outros países, inclusive o Brasil; perguntado quem colocou o texto na wikipedia denunciando os supostos pagamentos indevidos a funcionários da Petrobras, respondeu QUE o texto trata apenas de alegações, por alguém que tentou extorquir a SBM e que não sabe dizer ao certo se foi JONATHAN DAVID TAYLOR; perguntado se conhece JONATHAN DAVID TAYLOR, respondeu QUE sim, pois ele era da SBM, do departamento jurídico e chegou a participar de treinamento com ele na SBM; perguntado sobre sua nacionalidade e dados qualificativos e localização, respondeu QUE sabe apenas que ele não trabalha mais na SBM e é cidadão britânico; perguntado se a SBM acusou JONATHAN de extorsão, respondeu QUE ouviu dizer em fevereiro de 2014 que a SBM iria à Justiça contra a pessoa que formulou as

PL



denúncias, afirmando não saber se se tratava de JONATHAN; perguntado se JONATHAN possui em seu poder documentos relativos às apurações efetuadas pela SBM, respondeu QUE não sabe dizer; perguntado sobre as providências adotadas pela SBM a partir do anúncio dos possíveis pagamentos indevidos a funcionários da Petrobras, respondeu QUE tudo foi encaminhado às equipes de auditoria contratadas; perguntado quando e a quem a SBM informou a Petrobras acerca das suspeitas de pagamentos indevidos, respondeu QUE anualmente o CEO da SBM tem reunião com a Diretoria da Petrobras e, na reunião de 2012, salvo engano em agosto, o declarante estava presente quando o assunto foi abordado, estando presentes pela Petrobras FORMIGLI, OSMOND COELHO e ERARDO e pela SBM, além do declarante, BRUNO CHABAS e OLIVER KASSAM; na reunião de 2013, primeiro semestre, o assunto voltou a ser comentado, sempre brevemente, porque as apurações ainda estavam em andamento e pouco se sabia sobre a efetiva existência de pagamentos indevidos; perguntado se a SBM contratou firmas independentes para as apurações, respondeu QUE ela contratou a holandesa DEBRAUW e a americana Paul Hastings, que subcontratou a PWC; perguntado sobre o resultado das apurações empreendidas pela SBM, respondeu QUE isso acaba de ser divulgado pela empresa, não tendo sido encontradas provas de corrupção; perguntado a quais autoridades públicas a SBM relatou o ocorrido, respondeu QUE ao Ministério Público da Holanda e ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos, não sabendo dizer os nomes das autoridades; perguntado quais os documentos entregues às autoridades públicas, respondeu QUE não sabe dizer; perguntado se conhece HANNY TAGHER, respondeu QUE sim, pois ele foi funcionário da SBM até, salvo engano, 2008; perguntado sobre sua



nacionalidade, dados qualificativos, perfil profissional, relações com a SBM e localização, respondeu QUE o que sabe, salvo engano, é que ele é egípcio ou libanês; perguntado sobre o anunciado depoimento no qual HANNY TAGHER falou dos supostos pagamentos indevidos a funcionários da Petrobras por meio de JULIO FAERMAN e suas empresas, respondeu QUE só soube disso pela wikipedia e isso não passaria de alegações de uma pessoa que tentou extorquir a SBM; perguntado se a foto que lhe é apresentada nesta oportunidade retrata HANNY TAGHER, respondeu QUE sim, tendo na sequência rubricado a foto; perguntado sobre JEAN-PHILIPPE LAURES, sua nacionalidade, dados qualificativos, perfil profissional, relações com a SBM e localização, respondeu QUE ele é francês e foi seu chefe, em 2012 e 2013, na qualidade de COO (*Chief Operations Officer*); perguntado sobre o papel de JEAN-PHILIPPE nas relações com a Petrobras, respondeu QUE na prática ele tinha pouco contato com a Petrobras, apesar de ser o encarregado geral da parte de projetos; perguntado se ele participou das apurações, respondeu QUE não sabe dizer; perguntado sobre o episódio em que se relata destruição de provas por JEAN-PHILIPPE, respondeu QUE nada sabe sobre isso; perguntado sobre MIKE WYLLIE, sua nacionalidade, dados qualificativos, perfil profissional, relações com a SBM e localização, respondeu QUE sabe dizer que o conhece, é inglês ou escocês, é gerente de tecnologia e trabalha em Mônaco; perguntado sobre o papel de MIKE nas relações com a Petrobras, respondeu QUE ele projeta FPSOs, todas elas, não apenas as da Petrobras; perguntado se ele participou das apurações, respondeu QUE não sabe dizer; perguntado sobre prêmios ou cortesias concedidas pela SBM a compradores, especificamente funcionários da Petrobras, diretamente ou por intermediários, respondeu QUE a única coisa

Handwritten signatures and initials: PL, PLO, and others.



que a SBM dá a compradores, inclusive a Petrobras, são cartões de Natal; nada mais havendo a perguntar nem a declarar, foi encerrado o depoimento.

Fica o declarante cientificado de que havendo aspectos a serem novamente abordados ou complementados sobre o tema do procedimento, essa circunstância deverá ser informada a este Procurador da República, que está ainda pronto a ouvir outras pessoas, do relacionamento do depoente, que tenham informações relevantes a prestar sobre o caso específico.

Nada mais havendo, foi encerrado o termo, lido e achado conforme, por fim assinado pelos presentes, em 2 vias, às 18h40m, tendo o declarante recebido uma das vias.

PHILIPPE JACQUES LEVY

Declarante

RENATO SILVA DE OLIVEIRA
Procurador da República

JOSÉ ALEXANDRE BUAIZ NETO

Advogado

RAQUEL REIS RIBEIRO

Advogada

Aviso nº 403 -GP/TCU

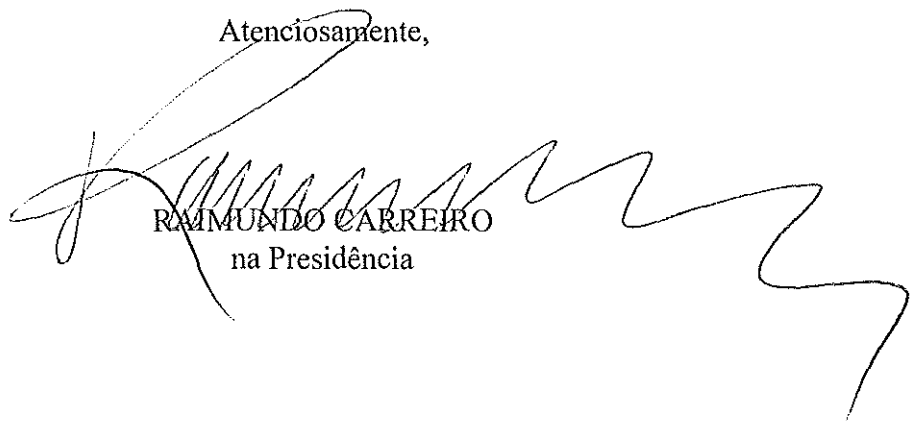
Brasília, 02 de maio de 2014.

Senhor Coordenador,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 015/14-P, de 29/4/2014, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a esta Casa cópia do Requerimento nº 16/14, de autoria do Deputado Fernando Francischini, solicitando a instauração de procedimento fiscalizatório dos contratos vigentes entre as empresas Astromarítima e Petrobras.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-011.211/2014-8, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) deste Tribunal, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente,



RAIMUNDO CARREIRO
na Presidência

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
Coordenador da Comissão Externa "Investigação sobre a SBM Offshore e a Petrobras"
Câmara dos Deputados
Brasília - DF

PR-RJ-00030815/2014

URGENTE



PR-RJ-00030815/2014

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
AV. NILO PEÇANHA, Nº 31, 12º ANDAR – CENTRO - RIO DE JANEIRO – RJ – CEP 20020-100
TELEFONES: (21) 3971-9304 – (21) 3971-9504 – FAX: (21) 3971-9313
E-MAIL: prri-secproc_chefe@prri.mpf.gov.br

Ofício nº 6135 /2014 – MPF/PR/RJ/GABPC

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2014.

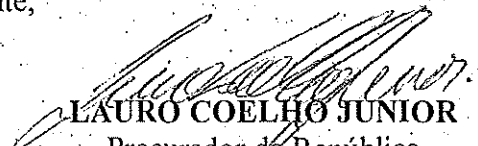
Referência: Ofício nº 008/14-P (PR-RJ-00027309/2014)
Anexo: Certidão nº 404/2014.

Senhor Coordenador,

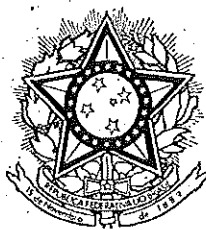
Cumprimentando-o cordialmente, encaminho à Vossa Excelência a Certidão nº 404/2014, acompanhada dos extratos do Sistema Único, contendo informações acerca dos procedimentos existentes sobre os temas mencionados no ofício em epígrafe e com a indicação de seus respectivos Procuradores naturais, abaixo especificados:

Procedimento nº	Ementa
1.30.001.000837/2014-68	Procedimento Investigatório Criminal – PIC – instaurado em 26/02/2014, localizado no gabinete do Exmo. Procurador da República Dr. Renato Silva de Oliveira
1.30.001.001111/2014-42	Notícia de Fato (tutela coletiva) instaurada em 19/03/2014, remetida pelo Exmo. Procurador da República, Dr. Carlos Alberto Bermond Natal à 5ª CCR/MPF com promoção de declinação de atribuição ao MP/RJ.
1.30.001.001112/2014-97	Notícia de Fato (tutela coletiva) instaurada em 19/03/2014, localizada no gabinete do Exmo. Procurador da República, Dr. Carlos Alberto Bermond Natal.

Atenciosamente,


LAURO COELHO JUNIOR
Procurador da República
Procurador-Chefe Substituto da PR/RJ

A Sua Excelência o Senhor
MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
Deputado - Coordenador-PR/AL
Câmara dos Deputados, Anexo II Sl. 165-B
Brasília/DF
Cep.: 70160-900



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIVISÃO CRIMINAL EXTRAJUDICIAL - DICRIMEX
Expediente PR-RJ-00027842/2014

CERTIDÃO 404 /2014

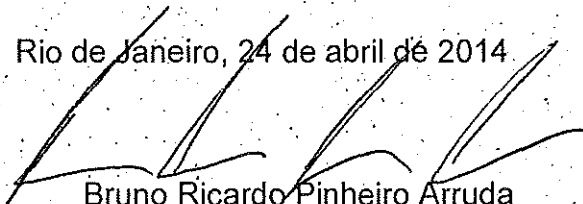
Ref.: Expediente nº PR-RJ-00027309/2014

Certifico, em cumprimento ao despacho exarado no expediente em epígrafe, que foram realizadas pesquisas no sistema único utilizando-se os parâmetros "SBM OFFSHORE" e "PETROBRÁS", tendo-se obtido o resultado abaixo:

1.30.001.000837/2014-68	Procedimento Investigatório Criminal – PIC – instaurado em 26/02/2014, localizado no gabinete do Exmo. Procurador da República Dr. Renato Silva de Oliveira
1.30.001.001111/2014-42	Notícia de Fato (tutela coletiva) instaurada em 19/03/2014, remetida pelo Exmo. Procurador da República, Dr. Carlos Alberto Bermond Natal à 5ª CCR/MPF com promoção de declinação de atribuição ao MP/RJ.
1.30.001.001112/2014-97	Notícia de Fato (tutela coletiva) instaurada em 19/03/2014, localizada no gabinete do Exmo. Procurador da República, Dr. Carlos Alberto Bermond Natal.

Seguem os respectivos extratos anexos.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2014


Bruno Ricardo Pinheiro Arruda
Chefe da DICRIMEX



PROCURADORIA DA REPUBLICA - RIO DE JANEIRO

Data de 26/02/2014

CRIMINAL

Procedimento Investigatório Criminal - PIC

1.30.001.000837/2014-68

Capa:

POSSÍVEL PRÁTICA DE ILÍCITOS PENAIS POR FUNCIONÁRIOS DA PETROBRÁS OU AGENTES PÚBLICOS EM GERAL, CONTRA O PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO BNDES E DE INVESTIDORES DO MERCADO QUE DETENHAM AÇÕES DA PETROBRÁS, POR POSSÍVEL RECEBIMENTO DE PROPINAS PAGAS PELA EMPRESA HOLANDESA SBM OFFSHORE, ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2011, COM O FIM DE OBTER CONTRATOS JUNTO À ESTATAL.

Resumo:

POSSÍVEL PRÁTICA DE ILÍCITOS PENAIS POR FUNCIONÁRIOS DA PETROBRÁS OU AGENTES PÚBLICOS EM GERAL, CONTRA O PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO BNDES E DE INVESTIDORES DO MERCADO QUE DETENHAM AÇÕES DA PETROBRÁS, POR POSSÍVEL RECEBIMENTO DE PROPINAS PAGAS PELA EMPRESA HOLANDESA SBM OFFSHORE, ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2011, COM O FIM DE OBTER CONTRATOS JUNTO À ESTATAL.

Partes:

INTERESSADO - GABPGR - PGR/GABPGR - RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS e outros

REPRESENTANTE - ANTONIO IMBASSAHY

REPRESENTADO - JULIO FAERMAN e outros

Volumes: 1

Distribuição:

PR-RJ - 26/02/2014 - 56º OFÍCIO (GUILHERME GUEDES)

Câmara:

2ª Câmara - Criminal e Controle Externo da Atividade Policial

Tema:

DIREITO PENAL

Observação:

Município(s):

RIO DE JANEIRO - RJ



Procedimento Investigatório Criminal - PIC - 1.30.001.000837/2014-68 - CRIMINAL

Data de Cadastro: 26/02/2014

Data de Autuação: 26/02/2014

Localização: 14/03/2014 - PR-RJ/GABPR30-RSO - RENATO SILVA DE OLIVEIRA

Distribuição: PR-RJ - 26/02/2014 - 56º OFÍCIO (GUILHERME GUEDES)

Resumo: POSSÍVEL PRÁTICA DE ILÍCITOS PENAS POR FUNCIONÁRIOS DA PETROBRÁS OU AGENTES PÚBLICOS EM GERAL, CONTRA O PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO BNDES E DE INVESTIDORES DO MERCADO QUE DETENHAM AÇÕES DA PETROBRÁS, POR POSSÍVEL RECEBIMENTO DE PROPINAS PAGAS PELA EMPRESA HOLANDESA SBM OFFSHORE, ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2011, COM O FIM DE OBTENÇÃO DE CONTRATOS JUNTO À ESTATAL.

Partes:

- INTERESSADO - PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS
- INTERESSADO - PGR/GABPGR - RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
- REPRESENTADO - JULIO FAERMAN
- REPRESENTADO - SBM OFFSHORE / EMPRESA HOLANDESA
- REPRESENTADO - HADES PRODUCTION
- REPRESENTADO - BENFAIRE JANDELL
- REPRESENTADO - BRUNO CHABAS
- REPRESENTADO - FAERCOM ENERGIA
- REPRESENTADO - JF OLDRIVE CONSULTORIA EM ENERGIA E PETRÓLEO
- REPRESENTADO - JOURNEY ADVISORS
- REPRESENTANTE - ANTONIO MBASSAHY

Câmara/Tema/Subtema - 2ª Câmara - Criminal e Controle Externo da Atividade Policial / DIREITO PENAL

Data	Tipo	Providências
11/04/2014	Referência	Anexo - Secundário -> PR-RJ-00025681/2014 - ANEXO /2014
11/04/2014	Providência	Anexe-se. Registrar -> PR-RJ-00025682/2014 - DESPACHO /2014 - RENATO SILVA DE OLIVEIRA
11/04/2014	Providência	Anexe-se. Registrar -> PR-RJ-00025679/2014 - DESPACHO /2014 - RENATO SILVA DE OLIVEIRA Anexo - Secundário -> PR-RJ-00025675/2014 - ANEXO /2014
11/04/2014	Referência	Anexo - Secundário -> PR-RJ-00025662/2014 - ANEXO /2014
11/04/2014	Providência	Anexe-se. Registrar -> PR-RJ-00025671/2014 - DESPACHO /2014 - RENATO SILVA DE OLIVEIRA
11/04/2014	Referência	Referenciado -> PR-RJ-00024606/2014 - OFÍCIO /2014
11/04/2014	Referência	Referenciado -> PR-RJ-00025256/2014 - OFÍCIO 5075/2014
03/04/2014	Evento	REUNIÃO - INTERNA EMPRESA
03/04/2014	Evento	REUNIÃO - INTERNA PETROBRAS
31/03/2014	Referência	Referenciado -> PR-RJ-00021136/2014 - REQUERIMENTO /2014
20/03/2014	Evento	REUNIÃO - INTERNA PETROBRAS
20/03/2014	Evento	REUNIÃO - INTERNA REUNIÃO PETROBRAS
14/03/2014	Movimentação	Destino: GABPR30-RSO - RENATO SILVA DE OLIVEIRA PORTARIA PIC Nº 61/2014 POSSÍVEL PRÁTICA DE ILÍCITOS PENAS POR FUNCIONÁRIOS DA PETROBRÁS OU AGENTES PÚBLICOS EM GERAL, CONTRA O PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO BNDES E DE INVESTIDORES DO MERCADO QUE DETENHAM AÇÕES DA PETROBRÁS, POR POSSÍVEL RECEBIMENTO DE PROPINAS PAGAS PELA EMPRESA HOLANDESA SBM OFFSHORE, ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2011, COM O FIM DE OBTENÇÃO DE CONTRATOS JUNTO À ESTATAL. =01 VOL = PIC INSTAURADO.
14/03/2014	Providência	Converta-se em Procedimento Investigatório(PIC). Registrar -> PR-RJ-00016737/2014 - DESPACHO /2014 - RENATO SILVA DE OLIVEIRA Instaurar PIC -> PR-RJ-00016745/2014 - PORTARIA PIC 61/2014 - RENATO SILVA DE OLIVEIRA Movimentado para: DICRIMEX/PRRJ - PR-RJ/DICRIMEX/PRRJ - DIVISÃO CRIMINAL EXTRAJUDICIAL DA PR/RJ Para instauração de F
26/02/2014	Movimentação	Destino: GABPR30-RSO - RENATO SILVA DE OLIVEIRA Livre distribuição. Substituição ao 56º ofício (Proc-Chefe)
26/02/2014	Distribuição	4º OFÍCIO (RENATO SILVA) Automática
26/02/2014	Distribuição	56º OFÍCIO (GUILHERME GUEDES) Automática
26/02/2014	Referência	Comunicação inicial -> PGR-00026184/2014 - REQUERIMENTO /2014
26/02/2014	Movimentação	Destino: DICRIMEX/PRRJ - PR-RJ/DICRIMEX/PRRJ - DIVISÃO CRIMINAL EXTRAJUDICIAL DA PR/RJ Entrada



PROCURADORIA DA REPUBLICA - RIO DE JANEIRO

Data de 19/03/2014

CÍVEL - TUTELA COLETIVA

Notícia de Fato - NF

1.30.001.001111/2014-42

Resumo:

REPRESENTAÇÃO DO DEPUTADO FEDERAL ANTONIO IMBASSAHY RELATIVA À PETROBRÁS E À EMPRESA HOLANDESA SBM OFFSHORE N.V. - EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

Partes:

ORIGINADOR - RENATO SILVA DE OLIVEIRA

REPRESENTANTE - ANTONIO IMBASSAHY

REPRESENTADO - SBM OFFSHORE / EMPRESA HOLANDESA e outros

Volumes: 1

Distribuição:

PR-RJ - Encerrada em 08/04/2014 - 33º OFÍCIO (CARLOS NATAL)

Câmara:

5ª Câmara - Patrimônio Público e Social

Tema:

Improbidade Administrativa,

Observação:

Município(s):

RIO DE JANEIRO - RJ



Notícia de Fato - NF - 1.30.001.001111/2014-42 - CÍVEL - TUTELA COLETIVA

Data de Cadastro: 19/03/2014

Data de Autuação: 19/03/2014

Localização: PGR/5A.CAM - 5A.CAMARA DE COORDENACAO E REVISAO

Distribuição: PR-RJ - Encerrada em 08/04/2014 - 33º OFÍCIO (CARLOS NATAL)

Resumo: REPRESENTAÇÃO DO DEPUTADO FEDERAL ANTONIO IMBASSAHY RELATIVA À PETROBRÁS E À EMPRESA HOLANDESA SBM OFFSHORE N.V. - EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

Pártes:

- ORIGNADOR - RENATO SILVA DE OLIVEIRA
- REPRESENTADO - SBM OFFSHORE / EMPRESA HOLANDESA
- REPRESENTADO - PETROBRAS
- REPRESENTANTE - ANTONIO IMBASSAHY

Câmara/Tema/Subtem: 5ª Câmara - Patrimônio Público e Social / Improbidade Administrativa

Data	Tipo	Providências
22/04/2014	Providência	Analisar Declínio de Atribuição.5A.CAM - PGR-00077868/2014 - VOTO 3768/2014 - ANTONIO CARLOS PESSOA LINS
11/04/2014	Designação	CLARISSA CASTRO WERMELINGER designado(a) por: RODRIGO GONDIM DO AMARAL
11/04/2014	Distribuição	ANTONIO CARLOS PESSOA LINS(5A.CAM) Automática
09/04/2014	Anotação	ATENÇÃO! Assim que os autos chegarem à 5ª Câmara, entregar imediatamente para Clarissa!!!!
08/04/2014	Movimentação	Destino: 5A.CAM - PGR/5A.CAM - 5A.CAMARA DE COORDENACAO E REVISAO. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO.
08/04/2014	Referência	Juntada - Secundário -> PR-RJ-00023674/2014 - E-MAIL /2014-DITC
08/04/2014	Distribuição Encerrada	33º OFÍCIO (CARLOS NATAL)
24/03/2014	Providência	Promova-se o declínio de atribuição. Declinar para MP Estadual -> PR-RJ-00019049/2014 - DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO /2014-PR/RJ/CB - CARLOS ALBERTO BERMOND NATAL Remeter para análise na PGR -> PR-RJ-00019063/2014 - OFÍCIO 3830/2014-PR/RJ/CB - CARLOS ALBERTO BERMOND NATAL Movimentado para: DICRIME/PRRJ - PR-RJ/DICRIME/PRRJ - DIVISÃO CÍVEL EXTRAJUDICIAL DA PR/RJ ENVIAR A PRESENTE NOTÍCIA DE FATO À COORDENADORA DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF, DRª DENISE VINCITÚLIO, ATRAVÉS DO OFÍCIO PR/RJ/GAB/CB Nº 3830/2014, PARA FINS DE HOMOLOGAÇÃO DA DECISÃO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO.
19/03/2014	Movimentação	Destino: GABPR9-CABH - CARLOS ALBERTO BERMOND NATAL PARA VERIFICAR POSSIBILIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PP
19/03/2014	Distribuição	33º OFÍCIO (CARLOS NATAL) Automática
19/03/2014	Referência	Comunicação Inicial -> PR-RJ-00016875/2014 - MEMORANDO 364/2014 - RENATO SILVA DE OLIVEIRA
19/03/2014	Movimentação	Destino: SAC/PRRJ - PR-RJ/SAC/PRRJ - SEÇÃO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DA PR/RJ Entrada



PROCURADORIA DA REPUBLICA - RIO DE JANEIRO

Data de 19/03/2014

CÍVEL - TUTELA COLETIVA

Notícia de Fato - NF

1.30.001.001112/2014-97

Resumo:

REPRESENTAÇÃO DO DEPUTADO FEDERAL ANTONIO IMBASSAHY RELATIVA À PETROBRÁS E À EMPRESA HOLANDESA SBM OFFSHORE N.V. - EVENTUAIS PREJUÍZOS A INVESTIDORES.

Partes:

ORIGINADOR - RENATO SILVA DE OLIVEIRA

REPRESENTADO - SBM OFFSHORE / EMPRESA HOLANDESA e outros

Volumes: 1

Distribuição:

PR-RJ - 08/04/2014 - 40º OFÍCIO (ALEXANDRE CHAVES)

Câmara:

5ª Câmara - Patrimônio Público e Social

Tema:

Improbidade Administrativa

Observação:

Município(s):

RIO DE JANEIRO - RJ



Notícia de Fato - NF - 1.30.001.001112/2014-97 - CÍVEL - TUTELA COLETIVA

Data de Cadastro: 19/03/2014 Data de Autuação: 19/03/2014
Localização: 22/04/2014 - PR-RJ/GABPR9-CABN - CARLOS ALBERTO BERMOND NATAL - Aguardando recebimento
Distribuição: PR-RJ - 08/04/2014 - 40º OFÍCIO (ALEXANDRE CHAVES)
Resumo: REPRESENTAÇÃO DO DEPUTADO FEDERAL ANTONIO IMBASSAHY RELATIVA À PETROBRÁS E À EMPRESA HOLANDESA SBM OFFSHORE N.V. - EVENTUAIS PREJUÍZOS A INVESTIDORES.
Partes:
• ORIGINADOR - RENATO SILVA DE OLIVEIRA
• REPRESENTADO - SBM OFFSHORE / EMPRESA HOLANDESA
• REPRESENTADO - PETROBRÁS

Câmara/Tema/Subtema 5ª Câmara - Patrimônio Público e Social / Improbidade Administrativa

Data	Tipo	Providências
22/04/2014	Movimentação	Destino: GABPR9-CABN - CARLOS ALBERTO BERMOND NATAL PARA VERIFICAR POSSIBILIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PP.
22/04/2014	Distribuição	33º OFÍCIO (CARLOS NATAL) Automática
22/04/2014	Distribuição Encerrada	37º OFÍCIO (ANA CRISTINA LINS)
15/04/2014	Providência	Encaminhe-se o auto. Registrar -> PR-RJ-00027029/2014 - DESPACHO /2014 - ANA CRISTINA BANDEIRA LINS Movimentado para: SAC/PRRJ - PR-RJ/SAC/PRRJ - SEÇÃO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DA PR/RJ REDISTRIBUA-SE PARA UM DOS INTEGRANTES DO OFÍCIO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO CONFORME MEMO 364.
14/04/2014	Movimentação	Destino: GABPR16-ACBL - ANA CRISTINA BANDEIRA LINS PARA VERIFICAR POSSIBILIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PP.
14/04/2014	Distribuição	37º OFÍCIO (ANA CRISTINA LINS) Automática
14/04/2014	Providência	Encaminhe-se o auto. Registrar -> PR-RJ-00026309/2014 - DESPACHO /2014 - GUSTAVO MAGNO GOSKES BRIGGS DE ALBUQUERQUE Movimentado para: SAC/PRRJ - PR-RJ/SAC/PRRJ - SEÇÃO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DA PR/RJ "Considerando que, assim como os colegas que receberam a Notícia de Fato em epígrafe, também sou acionista minoritário da empresa Petrobras S/A, manifesto minha SUSPEIÇÃO para apreciar esta Notícia de Fato, que deverá ser encaminhada à Seção de Atendimento ao Cidadão da PR-RJ para as devidas anotações e posterior redistribuição."
14/04/2014	Distribuição Encerrada	19º OFÍCIO (GUSTAVO ALBUQUERQUE)
10/04/2014	Movimentação	Destino: GABPR47-GMGBA - GUSTAVO MAGNO GOSKES BRIGGS DE ALBUQUERQUE PARA VERIFICAR POSSIBILIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PP.
10/04/2014	Distribuição	19º OFÍCIO (GUSTAVO ALBUQUERQUE) Automática
10/04/2014	Movimentação	Destino: SAC/PRRJ - PR-RJ/SAC/PRRJ - SEÇÃO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DA PR/RJ PARA CUMPRIMENTO DO DESPACHO DO DR. ANDRÉ COUTINHO
10/04/2014	Distribuição Encerrada	17º OFÍCIO (ANDRÉ COUTINHO)
09/04/2014	Providência	Encaminhe-se o auto. Registrar -> PR-RJ-00024183/2014 - DESPACHO /2014-MPF/PR/RJ/ATC - ANDRÉ TAVARES COUTINHO Movimentado para: DICME/PRRJ - PR-RJ/DICME/PRRJ - OMISSÃO CIVIL EXTRAJUDICIAL DA PR/RJ Declaro minha suspeição para at no feito. À DICME para redistribuição a novo Procurador substituto do titular do feito.
08/04/2014	Movimentação	Destino: GABPR2-ATC - ANDRÉ TAVARES COUTINHO CONFORME DESPACHO
08/04/2014	Distribuição	35º OFÍCIO (VINICIUS PANETTO) Automática
08/04/2014	Distribuição	17º OFÍCIO (ANDRÉ COUTINHO) Automática
08/04/2014	Distribuição	40º OFÍCIO (ALEXANDRE CHAVES) Automática
08/04/2014	Distribuição Encerrada	35º OFÍCIO (VINICIUS PANETTO)
08/04/2014	Distribuição Encerrada	2º OFÍCIO (MARYLUCY BARRA)
03/04/2014	Providência	Encaminhe-se o auto. Registrar -> PR-RJ-00022361/2014 - DESPACHO /2014 - MARYLUCY SANTIAGO BARRA Movimentado para: SAC/PRRJ - PR-RJ/SAC/PRRJ - SEÇÃO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DA PR/RJ.
31/03/2014	Movimentação	Destino: GABPR32-MSB - MARYLUCY SANTIAGO BARRA PARA VERIFICAR A POSSIBILIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PP. * RODÍZIO GERAL
31/03/2014	Distribuição	2º OFÍCIO (MARYLUCY BARRA) Manual
31/03/2014	Distribuição Encerrada	50º OFÍCIO (CLAUDIO GHEVENTER)
28/03/2014	Providência	Redistribua-se. Registrar -> PR-RJ-00020750/2014 - DESPACHO /2014 - CLAUDIO GHEVENTER Movimentado para: SAC/PRRJ - PR-RJ/SAC/PRRJ - SEÇÃO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DA PR/RJ Para redistribuição, conforme despacho.
28/03/2014	Movimentação	Destino: GABPR3-CG - CLAUDIO GHEVENTER PARA VERIFICAR POSSIBILIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PP
28/03/2014	Distribuição	50º OFÍCIO (CLAUDIO GHEVENTER) Automática
28/03/2014	Distribuição Encerrada	30º OFÍCIO (MARCIO LIMA)
28/03/2014	Providência	Redistribua-se. Registrar -> PR-RJ-00020117/2014 - DESPACHO /2014 - MARCIO BARRA LIMA Movimentado para: SAC/PRRJ - PR-RJ/SAC/PRRJ - SEÇÃO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DA PR/RJ PARA REDISTRIBUIÇÃO CONFORME DESPACHO.



19/03/2014	Movimentação	Destino: GABPR20-MBL - MARCIO BARRA LIMA PARA VERIFICAR POSSIBILIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PP
19/03/2014	Distribuição	3º OFÍCIO (MARCIO LIMA) Automática
19/03/2014	Referência	Comunicação Inicial --> PR-RJ-00017737/2014 - MEMORANDO 364/2014 - RENATO SILVA DE OLIVEIRA
19/03/2014	Movimentação	Destino: SAC/PRRJ - PR-RJ/SAC/PRRJ - SEÇÃO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DA PRRJ Entrada

URGENTE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PR-RJ-00027309/2014

DOS

À COORDENADORIA JURÍDICA E DE DOCUMENTAÇÃO PARA
INFORMAR.

Em 22/04/2014

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Zaira', written over the printed name.

ZAIRA DE SOUZA COSTA CONCEIÇÃO
Chefe de Gabinete Substituta da PR/RJ

COPIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

Ofício nº 008/14-P

Brasília, 10 de abril de 2014.

A Sua Excelência o Senhor

GUILHERME GUEDES RAPOSO

Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro
Ministério Público Federal

PR-RJ-00027309/2014

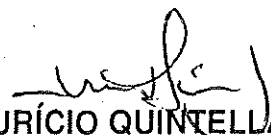
Senhor Procurador,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que esta Comissão Externa aprovou em reunião deliberativa realizada em 9 de abril de 2014, o Requerimento Nº 6/14, que *solicita informações ao Ministério Público Federal no Rio de Janeiro sobre suas ações referentes às operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore e a Petrobras, objeto das investigações do Openbaar Ministerie da Holanda.*

Em razão da decisão tomada pelo Colegiado, solicito que remeta, com a brevidade que o caso requer, as informações relativas ao caso de que disponha o Ministério Público Federal para instrução dos trabalhos desta Comissão.

Contando com o atendimento desta solicitação, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,


Dep. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
Coordenador – PR/AL

Recebido em
22/4/14

16:20

Travis



CÂMARA DOS DEPUTADOS

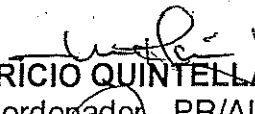
Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore e a Petrobras.


REQUERIMENTO Nº 6, DE 2014. (Do Sr. Maurício Quintella Lessa)

Solicita informações ao Ministério Público Federal no Rio de Janeiro sobre suas ações referentes às operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore e a Petrobras, objeto das investigações do Openbaar Ministerie da Holanda.

Nos termos regimentais, requeiro, ouvido o plenário deste Colegiado, sejam solicitadas ao Ministério Público Federal no Rio de Janeiro informações sobre suas ações referentes às operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore e a Petrobras, objeto das investigações do Openbaar Ministerie da Holanda.

Sala da Comissão, em 08 de abril de 2014.


DEP. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
Coordenador - PR/AL


SDD
Gerente Administrativo

CD146557895795



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO MPF/PRRJ/GAB/ACBL/Nº 5847 /2014

PR-RJ-000 29503 /2014

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2014.

Ao Senhor
MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
Coordenador - PR/AL
Secretária Executiva da Comissão
Câmara dos Deputados, Anexo II, Sl. 165-B
70.160-900 – Brasília - DF

Referência: Procedimento Administrativo nº 1.30.001.001112/2014-97

Assunto: Presta Informações

Senhor Deputado,

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** vem, por intermédio da Procuradora da República signatária, Coordenadora da Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, informar que tramita, nesta Procuradoria, a notícia de fato 1.30.001.001112/2014-97, referente às operações e procedimentos, no Brasil, da Empresa SBM Offshore e da Petrobrás, objeto de investigações do *Openbaar Ministerie* da Holanda, tendo sido distribuída para o ofício do Exmo. Procurador da República, Dr. Vinicius Panetto do Nascimento.

Atenciosamente,


ANA CRISTINA BANDEIRA LINS
PROCURADORA DA REPÚBLICA